



Até alcançar a igualdade

O Estado das Meninas no Mundo 2025

Deixe-me ser criança, e não esposa

Experiências de meninas que vivenciam o casamento infantil

O Estado das Meninas no Mundo 2025

O relatório “O Estado das Meninas no Mundo” é publicado anualmente desde 2007. Este ano, ele se concentra no casamento infantil, oferecendo uma nova perspectiva sobre o cotidiano de meninas casadas e em uniões estáveis, nas suas próprias palavras.

Definição: Casamentos e uniões infantis, precoces e forçados (CEFMU). A Plan International¹ define CEFMU como qualquer casamento ou união informal, seja sob a lei civil, religiosa ou costumeira, com ou sem registro formal, em que um ou ambos os cônjuges sejam menores de 18 anos e/ou em que o consentimento livre, esclarecido e pleno de uma ou ambas as partes não tenha sido obtido.

Neste relatório, quando nos referimos a “casamento infantil” e a “meninas casadas”, usamos estes termos como expressões abrangentes para meninas de 15 a 24 anos que foram casadas ou viveram em união estável pelo menos uma vez na vida: seu estado civil atual pode não ser de casada ou de união estável.

Alerta de conteúdo: Algumas experiências descritas pelas participantes deste estudo contêm referências a casos de violência física e sexual, bem como outros temas sensíveis e potencialmente perturbadores. Leia com atenção e por sua própria conta e risco.

Foto da capa: Menina de 18 anos, da Guatemala. Entrou em uma união informal aos 17 anos © Plan International

15

países participaram da pesquisa

251

meninas e jovens mulheres falaram conosco, todas casadas, que já foram casadas ou estão em um relacionamento

244

ativistas contra o casamento infantil dos mesmos países participaram de uma pesquisa online

Guatemala (30%)

República Dominicana (32%)**

Colômbia (23%)

Ecuador (22%)

Os Países do Estudo

América Latina e Caribe:

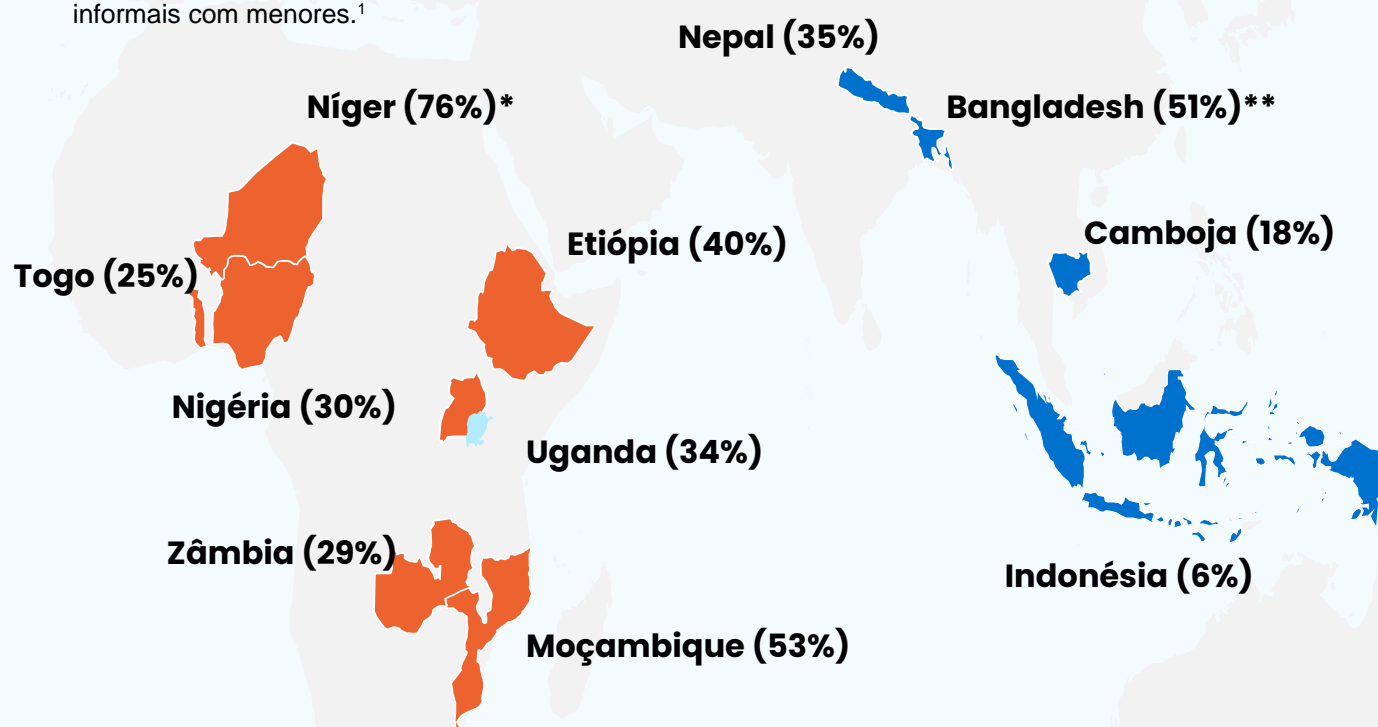
Todos os quatro países ratificaram a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)² e todos têm leis em vigor proibindo o casamento com menores de 18 anos. Dois deles, Colômbia e Guatemala, também têm leis que proíbem uniões informais com menores.¹

África:

Todos os sete países ratificaram a CEDAW e, com exceção do Níger, têm leis em vigor para proibir o casamento infantil.

Ásia:

Nos quatro países, existem leis que proíbem o casamento infantil. Dois deles, Nepal e Indonésia, ratificaram a CEDAW.



(%) = Per cent of women aged between 20-24 married or in unions under the age of 18

** = Highest in the region

* = Highest in the world

About this map: The boundaries and names shown and designations used on this map do not imply official endorsements or acceptance by Plan International.

Resumo Executivo

O relatório anual da Plan International “O Estado das Meninas no Mundo” deste ano concentra-se na experiência de meninas com o casamento infantil: uma prática que continua disseminada, apesar de ações políticas em larga escala e reformas legislativas. O estudo baseia-se nas experiências de sobreviventes do casamento infantil, em suas próprias palavras. Ele nos diz que, em um momento de resistência global aos direitos de meninas e mulheres, enfrentar a persistente violação de direitos que é o casamento infantil é cada vez mais urgente.

A pesquisa é baseada em conversas detalhadas e aprofundadas com 251 meninas e mulheres jovens – todas casadas ou em união estável – em 15 países: Bangladesh, Camboja, Indonésia, Nepal, Etiópia, Moçambique, Uganda, Zâmbia, Colômbia, República Dominicana, Guatemala, Equador, Nigéria, Níger e Togo.

Não apenas conversamos com meninas com experiência pessoal direta de casamento infantil, como também realizamos uma pesquisa online com 244 ativistas contra o casamento infantil nos mesmos países. Suas perspectivas incluem sugestões específicas de mudança..

Além disso, para fundamentar essas percepções em um contexto jurídico mais amplo, trabalhamos com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), utilizando seu Índice de Instituições Sociais e Gênero (SIGI) para analisar a legislação e as estruturas políticas existentes e compreender que tipo de apoio é necessário para proteger os direitos das meninas e promover seu bem-estar.

As meninas casadas nos contaram que :*



* Utilizamos porcentagens para apresentar alguns dados-chave das 251 meninas (a amostra qualitativa). Estas porcentagens fornecem informações úteis, mas não devem ser consideradas representativas, visto que a amostra é qualitativa e não estatisticamente generalizável.

“Casar antes dos 18 anos não é certo. Atrapalha a educação. Um ou dois anos depois do casamento, nasce um bebê. Nessa altura, eu ainda sou criança e, se eu tiver um bebê, minha educação é prejudicada e isto representa um risco para a minha saúde. Como posso, sendo criança, criar outra?”
Farhana, 21, Bangladesh



Sete em cada dez (70%) estão casadas ou em união estável, mais de uma em cada quatro (28%) são divorciadas e uma em cada 50 (2%) é viúva.



Quase metade (45%) estão casadas com um homem cinco ou mais anos mais velho do que elas, e algumas com um homem mais de 10 ou 20 anos mais velho.



Seis em cada dez (63%) não estão empregadas, não estudam nem têm formação (NEET).



Uma em cada seis (17%) se identificou como marginalizada.



Quase três em cada quatro (72%) têm pelo menos um filho.



Quase duas em cada cinco (38%) relataram não ter voz na tomada de decisões domésticas.



Uma em cada oito (13%) revelou ter sofrido violência ou abuso por parte do parceiro íntimo.



Uma em cada quatro (25%) relatou que não teve voz na decisão de se casar.



Mais de um terço (35%) abandonou a escola logo após o casamento ou por causa dele.



Os nomes das crianças e jovens neste relatório foram alterados para garantir o anonimato. As fotos utilizadas neste relatório não são das participantes da pesquisa.

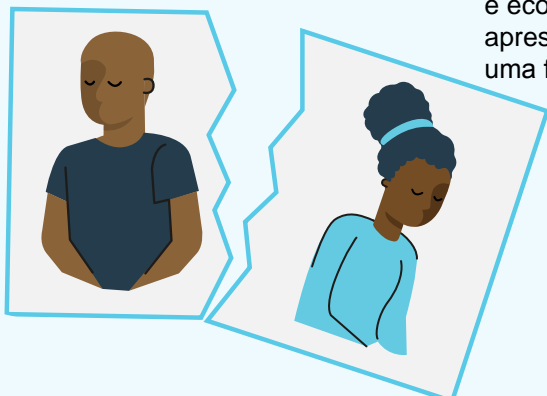
Descobertas Principais

1

A vulnerabilidade das meninas em seus casamentos ou uniões é um tema-chave que surge da nossa pesquisa. O casamento priva as meninas da capacidade de tomar decisões e das oportunidades. Os desequilíbrios de poder no relacionamento, com os parceiros muitas vezes muito mais velhos, aumentam o risco de violência

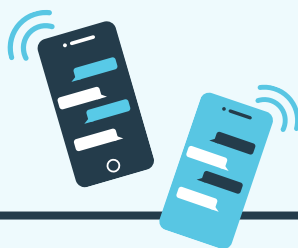
2

Os índices de divórcio ou separação são altos entre as meninas com quem conversamos. O divórcio é raramente abordado em pesquisas sobre casamento infantil, e essas descobertas apontam para a existência de um grupo não reconhecido de meninas ainda muito jovens que, tendo sofrido o trauma de um casamento precoce, enfrentam o estigma do divórcio. Muitas não têm habilidades economicamente viáveis e nem meios de sustentar a si mesmas e, muitas vezes, os filhos. Elas passam de uma situação difícil para outra: um tema recorrente em todos os países foi o julgamento da comunidade e os desafios financeiros associados à separação.



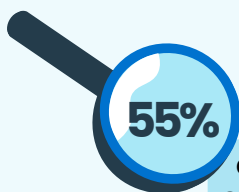
3

Uma das descobertas mais surpreendentes do estudo foi o número de meninas que falavam em casar-se por amor. As mídias sociais, que ajudam a facilitar relacionamentos fora do controle dos pais, são um fator fundamental nisto. Muitas vezes, contudo, a situação é mais complicada, com os pais pressionando suas filhas a se casarem ou formalizarem relacionamentos com namorados para preservar a reputação da menina e a honra da família.



4

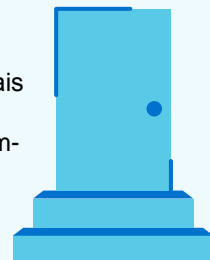
O casamento infantil é cada vez mais moldado por relacionamentos digitais, onde as meninas podem se sentir empoderadas, percebendo que seus casamentos são baseados no amor. São elas que escolhem seus parceiros, não seus pais, mas ainda assim permanecem vulneráveis. A tecnologia não muda o comportamento. Online, homens mais velhos ainda podem explorar as vulnerabilidades emocionais e econômicas das meninas, apresentando o casamento como uma fuga das dificuldades.



55%

5

Várias meninas no estudo identificaram-se como marginalizadas. Aspectos como localização, casta, deficiência e isolamento social contribuíram para a sensação de serem excluídas, e as meninas confirmaram que identidades cruzadas levam a maior discriminação. Meninas marginalizadas são mais vulneráveis ao casamento, têm dificuldades adicionais na avaliação de serviços e encontram-se frequentemente em circunstâncias econômicas muito difíceis.



6

Embora quase todos os 15 países estudados proibam o casamento infantil, estas leis não protegem as meninas do casamento nem defendem seus direitos dentro dele.



7

Normas de gênero vigentes há muito tempo, que priorizam o papel de esposa e mãe e prezam a fertilidade e a obediência, são encontradas em muitas famílias e comunidades. Estas normas, muitas vezes apoiadas por leis informais, são mais poderosas do que a legislação nacional.

das ativistas entrevistadas identificaram as crenças tradicionais e religiosas como fatores-chave que prejudicam a eficácia das leis e políticas destinadas a prevenir o casamento.

8

Aliada a normas sociais e de gênero arraigadas, a causa mais urgente do casamento infantil é a pobreza. Em um ambiente global onde os fundos estão sob ameaça constante, o alívio da pobreza continua sendo um fator fundamental para a defesa dos direitos das meninas.

9

Depois de casadas, grande parte das meninas ficam isoladas em casa. Muitas falaram sobre o impacto disso em sua saúde mental: estão morando com estranhos, muitas vezes sobrecarregadas com suas novas responsabilidades, e se sentem solitárias.



10

Os dados deixam claro que o poder geral de decisão das meninas casadas, seja em relação à educação, à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos, à mobilidade ou a questões financeiras grandes e pequenas, é mínimo, e **algumas meninas nos disseram que se sentem intimidadas ao desafiar a autoridade dos maridos.**



11

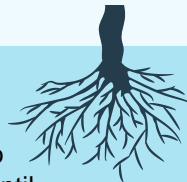
Poucas das meninas com quem conversamos continuaram seus estudos, embora muitas gostassem de tê-lo feito. Frequentemente, a educação é considerada desnecessária para meninas casadas, e as barreiras incluem falta de tempo e dinheiro. O cuidado com os filhos e as tarefas domésticas dominam suas vidas e muitas não conseguem arcar com as mensalidades e outras despesas adicionais.

12

As meninas se casaram por diferentes motivos, mas na maioria dos casos não houve consentimento livre e informado. Espera-se que elas se casem cedo, se adaptem rapidamente às tarefas domésticas e sejam subservientes aos maridos e sogros, além da pressão para terem filhos.

60%

das ativistas do casamento infantil identificam expectativas culturais e sociais profundamente enraizadas como o principal fator por trás do casamento infantil



13

Nenhuma entrevistada afirmou que gostaria que sua própria filha se casasse ou se unisse precocemente.



As ativistas do casamento infantil

classificaram os programas de sensibilização – voltados tanto para as meninas como suas famílias – como uma das principais prioridades, em termos de manter as meninas casadas na escola.



14

O acesso à contracepção é uma questão controversa para muitas meninas casadas. A gravidez é um fator-chave para o casamento infantil e, uma vez casadas, muitas meninas sofrem pressão para começar ou continuar a ter filhos. Em geral, o marido ou parceiro tem controle sobre as decisões de planejamento familiar, com pouca participação da menina, que é privada de agência e autonomia corporal.



De forma geral, os testemunhos das meninas foram notavelmente semelhantes e suas experiências foram amplamente corroboradas pelas observações das ativistas do casamento infantil nos 15 países.

.....

Da pesquisa surgiram sugestões práticas de meninas casadas que, segundo elas, transformariam as suas vidas:



Os governos, as ONGs e os líderes comunitários devem:

- ✓ **Ampliar e investir em programas que abordem as crenças, práticas e expectativas sociais prejudiciais que impulsionam o casamento infantil.**
- ✓ **Garantir que as meninas casadas e em risco de casamento infantil conheçam seus direitos, tenham acesso aos serviços de que necessitam e construam o futuro que escolherem.**
- ✓ **Direcionar o apoio às meninas casadas mais marginalizadas e de difícil acesso, incluindo as que vivem em crises e conflitos, e meninas que vivem em extrema pobreza.**
- ✓ **Implementar e financiar leis e políticas fortes para prevenir o casamento infantil e garantir apoio e acesso à justiça para meninas casadas.**
- ✓ **Promover e financiar o trabalho de meninas líderes e seus movimentos e iniciativas para acabar com o casamento infantil.**



Jovem de 18 anos da Etiópia com seu bebê de quatro meses © Plan International



“ D
di
se
in
er

Após impedir o próprio casamento infantil, uma jovem agora trabalha para conscientizar sua comunidade em Bangladesh sobre o problema. © Plan International

Devemos lutar pelos nossos direitos até que todas as meninas sejam livres para desfrutar da sua infância e construir as suas vidas com segurança.” Sumaiya, 21, Bangladesh

Prólogo

Sumaiya, de 21 anos, é de Bangladesh e sobreviveu a um casamento infantil. Agora ela mora novamente com os pais e trabalha em uma fábrica de sorvetes.

Eu me casei aos 14 anos. Meus pais são pobres, têm cinco filhos e eu sou a filha mais velha. Passamos por dificuldades e meus pais viam meu casamento como a única saída. Eu era muito infeliz e, percebendo isso, meus pais conseguiram arranjar meu divórcio. Agora tenho um emprego e posso ajudar minha família. Oferecer trabalho e treinamento para meninas e mulheres jovens é muito importante: isso ajuda a protegê-las de serem forçadas a se casar – eu gostaria de proteger outras meninas do que aconteceu comigo. Trabalho duro, mas minha vida está muito melhor do que antes.

Casei-me muito jovem e, por causa do trauma que sofri, me disseram que posso ter dificuldades para ter filhos. Mas esse é o meu sonho, ter uma família, e tenho esperança de que se realize. E, quando eu tiver filhos, farei com que eles entendam o que devem fazer. Se for uma menina, direi a ela que busque o ensino superior e só se case depois de se tornar uma adulta independente. E se for um menino, pedirei a ele que seja um bom homem, para que não arruine a vida de nenhuma menina

Estou reconstruindo minha vida e, para mim, como para muitas das meninas que ouvimos neste relatório, é uma tarefa difícil. Mas este relatório traz esperança, muitas boas ideias e sugestões práticas de meninas e jovens mulheres como eu sobre como acabar com o casamento infantil e como ajudar as meninas que sofrem com essa situação.

Índice

Mapa e Países do Estudo	2
-------------------------	---

Resumo Executivo	4
Descobertas Principais	6
Chamadas à Ação	8

Prólogo	10
---------	----

Prefácio	12
----------	----

Introdução	14
------------	----

Metodologia	18
-------------	----

O Cenário	19
-----------	----

O Que Aprendemos	22
1. Intimidação e abuso	22
2. Contornando as leis	25
3. As Razões	27
4. E agora?	35
5. Olhando para a frente	51

Analisando os Marcos Legais sobre o Casamento Infantil	54
--	----

Conclusão	58
-----------	----

Recomendações	62
---------------	----

Agradecimentos	66
----------------	----

Notas	67
-------	----



Prefácio

**Reena Ghelani, Diretora Executiva
Plan International**

Toda menina tem o direito à infância, à segurança e a decidir seu próprio futuro. No entanto, em todo o mundo, 650 milhões de meninas foram casadas antes de estarem preparadas.

Este relatório destaca as vozes de meninas cujas vidas foram moldadas por decisões tomadas sem a sua participação. Suas histórias falam de sonhos interrompidos, de serem arrancadas da escola para a maternidade, de trabalhos domésticos e de silêncio. Mas também falam de força. De meninas e jovens mulheres que estão recuperando suas vozes e exigindo mudanças.

Ao ouvi-las – ouvi-las de verdade – começamos a entender o verdadeiro custo do casamento infantil e o que será necessário para acabar com ele.

Este relatório não é apenas uma coletânea de histórias. É um chamado à ação: para mudar as normas prejudiciais que permitem que o casamento infantil persista e para construir um mundo onde toda menina seja livre para escolher seu próprio caminho

Menina de 18 anos, do Bangladesh, que se casou aos 14 e se tornou mãe aos 15. Após ingressar no programa Stop the Stigma, ela está determinada a construir seu próprio futuro.
© Plan International



Introdução

O relatório deste ano sobre o Estado das Meninas no Mundo se concentra no casamento infantil. Está baseado exclusivamente nos testemunhos e experiências de meninas casadas, cujas vozes muitas vezes estão ausentes dos debates políticos, e nos muitos estudos de investigação que foram realizados sobre este tema. Este novo estudo está alicerçado no extenso programa e trabalho de defesa da Plan International sobre o casamento infantil. É uma resposta direta à situação atual, em que o retrocesso global dos direitos das meninas e das mulheres torna cada vez mais importante identificar onde estes direitos estão mais em risco e como podem ser salvaguardados.

O casamento infantil é uma violação de direitos de grande alcance. É impulsionada pela pobreza e por normas de género há muito estabelecidas e está a revelar-se extremamente difícil de combater. É uma exploração, uma ameaça direta à saúde e ao bem-estar das meninas em todo o mundo. Rouba-lhes a infância, limita as suas oportunidades, aprisiona-as em parcerias muitas vezes desiguais que as tornam vulneráveis ao abuso físico e emocional e, apesar da ação política em grande escala e da reforma legislativa, continua a ser uma prática generalizada.

“[Eu me casei] por causa do que ele [meu marido] me prometeu, eu confiava nele e o amava. Preciso de melhores condições de vida porque minha família vive na pobreza e não tem dinheiro suficiente para suprir nossas necessidades... Por isso, acreditei que, se me casasse, poderia sustentar minha família... Na realidade, o contrário é verdadeiro; ao me casar jovem, eu os prejudiquei.” Simegn, 19, Etiópia

Este relatório não trata apenas da questão do casamento infantil. Ele se concentra, de forma minuciosa, nas experiências das meninas que vivem nessa situação – muitas vezes com um alto custo para sua saúde física e mental, sua segurança, suas perspectivas econômicas e suas oportunidades futuras. Sabemos que o casamento infantil persiste devido à interação entre normas de género desiguais, pobreza e uma ampla gama de problemas relacionados à fraca aplicação da legislação, às precárias perspectivas econômicas para as meninas e aos desastres naturais e humanitários.⁶ Sabemos também que a gravidez, considerada uma desonra para a família da menina, muitas vezes a força ao casamento. Na ausência de serviços de saúde sexual e reprodutiva, muitas vezes não há outra opção disponível.



.....

Doze milhões de meninas se casam antes dos 18 anos a cada ano – uma a cada três segundos. 480.000 têm menos de 15 anos

.....

Nossas conclusões são baseadas em 15 países ao redor do mundo e, em todos os 15, exceto no Níger, existem leis que proíbem o casamento antes dos 18 anos, nem sempre com sucesso. Há uma grande discrepância entre o que é legalmente permitido e o que realmente acontece na vida das meninas. Nesse contexto, as principais influências são as normas sociais de gênero endossadas por famílias e comunidades há gerações. Nos sete países africanos analisados, pelo menos uma em cada quatro mulheres se casou antes dos 18 anos – com taxas que chegam a uma em cada duas em Moçambique e ao alarmante número de três em cada quatro no Níger.

À medida que as meninas participantes do estudo conversam conosco, começamos a entender o preço que estão pagando: ouvimos sobre seus relacionamentos com maridos e sogros, muitas vezes marcados por violência, sobre a monotonia doméstica do seu dia a dia, a dificuldade de permanecer na escola, a perda de controle sobre todos os aspectos de suas vidas, inclusive sobre se e quando ter filhos. Para muitas meninas, as políticas e reformas legais que restringem o casamento infantil tiveram pouco impacto – muitas ainda estão presas a ele. Uma história que ouvimos constantemente foi sobre as dificuldades do divórcio, a falta de dinheiro e de habilidades, de lugares seguros para estar, fatores que as mantêm em relacionamentos abusivos.

Com grande parte da ênfase em torno do casamento infantil voltada para impedi-lo, as meninas, uma vez casadas ou em um relacionamento, tendem a desaparecer. Isso não pode ser permitido. À medida que a atual regressão dos direitos e a reação contra a igualdade de gênero ganham força, a ação para prevenir o casamento infantil e proteger as meninas de suas consequências torna-se cada vez mais urgente.

As meninas casadas com quem conversamos, assim como os ativistas contra o casamento infantil, enfatizaram a importância da conscientização sobre as normas sociais e de gênero que regem suas vidas e tornam o casamento infantil um problema tão difícil de resolver. A situação das meninas casadas (e o que as leva ao casamento) é frequentemente ignorada, categorizada como “normal”, enraizada no tecido de suas famílias e comunidades há gerações. Suas vozes nos dão a oportunidade de ajudar a corrigir essa situação.

A pesquisa é única em sua abordagem multifacetada. É centrada na juventude, baseada em evidências das próprias meninas casadas e de jovens ativistas que trabalham para prevenir e combater o casamento infantil. Esse testemunho pessoal é contrastado com uma análise do cenário político e legislativo que, em grande parte, não tem conseguido gerar mudanças reais.

Ao tornar visíveis os direitos e as necessidades de um segmento da sociedade frequentemente negligenciado e isolado, o estudo fornece uma base de evidências convincente para que governos, ONGs e decisores políticos tomem medidas eficazes e relevantes para a realidade da vida das meninas.

“**[É necessário] promover programas de conscientização em nossa sociedade. Eu quero aprender primeiro, para poder fazer algo pela minha sociedade. Assim, as pessoas também entenderão a importância da educação para meninas. Caso contrário, se ninguém tiver conhecimento, as meninas continuarão sendo privadas de educação e se casarão cedo.**”

Juna, 24, Nepal

A pesquisa buscou responder a três perguntas principais:

- ➔ Quais são as experiências cotidianas de meninas casadas ou em uniões estáveis em relação a meios de subsistência e renda, saúde, educação, tomada de decisões domésticas e autonomia?
- ➔ De que formas a legislação, a prestação de serviços e as políticas existentes sobre casamento infantil apoiam as meninas casadas? E como essas medidas são implementadas para incluir meninas casadas marginalizadas?
- ➔ De que apoio as meninas casadas ou em uniões estáveis precisam para promover e salvaguardar seus direitos?



Através do projeto de Prevenção do Casamento Infantil, Precoce e Forçado no Nepal, as meninas estão permanecendo na escola e construindo futuros mais promissores © Plan International

Metodologia



Entrevistas e grupos focais:

Conversamos com 201 meninas em entrevistas e com 50 que participaram de grupos focais, em 15 países: Bangladesh, Camboja, Indonésia, Nepal, Etiópia, Moçambique, Uganda, Zâmbia, Colômbia, República Dominicana, Guatemala, Equador, Nigéria, Níger e Togo. A metodologia foi participativa e inclusiva, moldada por profissionais dos escritórios da Plan nos países, com experiência relevante no terreno

Pesquisa:

Realizada com 244 jovens ativistas contra o casamento infantil dos mesmos 15 países. A pesquisa foi concebida para complementar entrevistas qualitativas e discussões em grupos focais, centrando-se nas vozes que interagem diretamente com meninas casadas e estão na linha de frente da mudança.

Análise do SIGI – OECD:

Desde 2009, o Índice de Instituições Sociais e Gênero (SIGI) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) fornece uma medição abrangente das lacunas de igualdade de gênero nas instituições sociais. O SIGI analisa as disparidades que a legislação, as atitudes e as práticas criam entre mulheres e homens em termos de direitos, justiça e oportunidades de empoderamento. Para este estudo, a Plan International fez uma parceria com a OCDE para realizar uma nova análise desse conjunto de dados: uma compreensão do panorama jurídico mais amplo em torno do casamento infantil, que serve para fundamentar as perspectivas das meninas casadas e das ativistas.

Ética e salvaguarda:

Obtivemos a aprovação ética global do Comitê de Ética em Pesquisa do think tank de assuntos globais ODI, com sede no Reino Unido. Também obtivemos a aprovação ética nos seguintes países: Indonésia, Uganda, Zâmbia e Níger.

Obtivemos o consentimento livre e esclarecido de todas as participantes, com consentimento dos pais quando apropriado. O anonimato e a confidencialidade foram garantidos durante todo o processo de coleta, análise e redação dos dados, e foi assegurada uma robusta segurança dos dados. Todos os responsáveis pela coleta de dados assinaram a política de proteção de crianças e jovens da Plan International.

Observe que todos os nomes de meninas e jovens mulheres participantes deste relatório foram alterados para garantir o seu anonimato.

O Cenário

A partir da nossa análise da literatura disponível, fica claro que o casamento infantil limita os direitos das meninas à educação, saúde, autonomia corporal, participação política e trabalho decente, além de colocá-las em maior risco de violência e abuso.² Os serviços públicos, incluindo saúde, educação e assistência jurídica, frequentemente deixam de apoiar as meninas casadas. Os serviços públicos, incluindo saúde, educação e assistência jurídica, frequentemente deixam de apoiar as meninas casadas.³ O casamento infantil também afeta os meninos, embora não na mesma medida:

Globalmente, uma em cada cinco mulheres jovens entre 20 e 24 anos casou-se antes de completar 18 anos, em comparação a um em cada 30 homens jovens.

Embora existam leis que estabelecem a idade mínima de 18 anos para o casamento em níveis nacional e internacional, é necessário um melhor cumprimento dessas leis, bem como uma maior determinação para mudar as normas sociais há muito aceitas que normalizam o casamento infantil. Isso é essencial não apenas para prevenir o casamento infantil, mas também para fornecer



proteção e apoio às meninas que são casadas ou vivem em uniões informais. are married or in informal unions.

O banco de dados SIGI da OCDE de 2023 revela:

- Em 17% dos países (30 de 178), a idade mínima legal para meninas é inferior a 18 anos, enquanto para homens isso ocorre em 8% dos países. No Sudão, foram encontradas disposições que permitem o casamento de meninas com apenas dez anos de idade.
- Entre os 148 países que estabelecem 18 anos ou mais como a idade mínima legal para o casamento, quase 75% têm exceções que permitem casamentos abaixo da idade mínima padrão do país.
- As consequências da violação das leis de proteção contra o casamento infantil são geralmente muito limitadas. Pode ser possível anular o casamento, mas as leis não oferecem outros recursos para as vítimas e sobreviventes, nem são tomadas medidas punitivas contra os autores dos crimes.

Apesar de tudo isso, houve avanços importantes na redução do casamento infantil na última década e, globalmente, as taxas diminuíram de 22% para 19%.¹³ No entanto, esse progresso é desigual e frágil: os índices estão aumentando em contextos de conflito, por exemplo, à medida que os conflitos também aumentam.¹⁴ Além disso, o recente e crescente retrocesso dos direitos das meninas e mulheres ameaça estagnar ou mesmo reverter conquistas arduamente alcançadas. Por exemplo, durante a 69ª sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW69), em março de 2025, os Estados-membros removeram as referências aos direitos à saúde sexual e reprodutiva da declaração política final – um retrocesso significativo para os direitos das meninas em todo o mundo.



Quais são os impactos do casamento infantil na vida e nas oportunidades das meninas?

Estudo após estudo revela a extensão em que as meninas casadas e aquelas em uniões informais são desfavorecidas: elas são afetadas de forma desproporcional pelo acesso limitado à educação, pela diminuição do poder de decisão e pela exclusão das proteções legais. Isso não apenas restringe seu potencial individual, mas também representa obstáculos significativos para um desenvolvimento social e econômico mais amplo.

- Elas são frequentemente privadas de direitos fundamentais, incluindo saúde e direitos sexuais e reprodutivos, igualdade e liberdade da violência. Lacunas na legislação e leis informais que podem estar em conflito com a legislação nacional fazem com que as meninas não sejam devidamente protegidas contra o casamento infantil e a violência de gênero.
- Elas enfrentam uma série de desafios, incluindo consequências adversas para a saúde, maior risco de sofrer violência por parceiro íntimo, e acesso limitado ao apoio em saúde mental. Além disso, o isolamento social e a incapacidade de interagir livremente com os pares ou participar do mercado de trabalho exacerbam ainda mais o sofrimento psicológico e outros desafios psicossociais.
- Menos de uma em cada cinco meninas casadas permanece na escola após o casamento.
- Muitos casamentos são ilegais ou não são registrados, deixando as meninas sem proteção legal para bens, pensão alimentícia ou herança. Em casamentos não registrados ou informais, as jovens mães enfrentam barreiras legais significativas ao reivindicar a guarda dos filhos ou solicitar pensão alimentícia, o que torna ainda mais difícil deixar o casamento. As uniões informais estão em ascensão, com o risco de que o casamento infantil se torne mais difícil de rastrear e a prática menos visível.
- Meninas marginalizadas enfrentam ainda mais dificuldades para acessar assistência jurídica e serviços públicos. Em alguns países, sistemas jurídicos pluralistas podem agravar a situação, pois essas leis nem sempre tratam todos os segmentos da população de forma igualitária.
- Meninas frequentemente têm pouco poder de decisão devido a dinâmicas desiguais nos relacionamentos, principalmente em casos de grande diferença de idade. Esse desequilíbrio restringe a capacidade das meninas de negociar questões cruciais como sexo e contracepção, aumentando a probabilidade de gravidezes indesejadas em idade precoce, o que eleva o risco de mortalidade e morbidade materna.

É evidente que as leis contra o casamento infantil não só são ineficazes, como, uma vez casadas, as meninas enfrentam dificuldades para estudar, adquirir habilidades, manter a boa saúde ou preservar qualquer autonomia sobre suas vidas. Elas também são mais vulneráveis à violência doméstica, que pode incluir abuso sexual, físico e emocional, além de comportamentos controladores. Apesar dos esforços bem-intencionados, o progresso para acabar com o casamento infantil é limitado e pouco se faz para proteger e amparar as meninas casadas.

As meninas com quem conversamos corroboram essa afirmação, acrescentando novas e detalhadas perspectivas sobre seu cotidiano e sobre os fatores econômicos e sociais que as levaram ao casamento. Suas vozes guiam a próxima seção do relatório: esclarecendo os desafios que enfrentam, sugerindo o apoio de que precisam e nos ajudando a compreender por que a questão do casamento infantil se mostra tão persistente.

“**Eu não sabia de nada, ainda era menor de idade. Quando minha mãe me perguntou se eu queria me casar, eu quis imediatamente, sem pensar em como seria a vida depois. Sem pensar no futuro, em como seria uma família. Eu não pensava muito sobre o casamento. Quando vivi a vida de casada, percebi que é difícil. Só durou dois anos.**” Amelya, 23, Indonésia (casada aos 16)

Menina de 15 anos, da Indonésia, que educa os alunos de sua escola sobre o casamento infantil © Plan International



O Que Aprendemos

A pesquisa pintou um quadro complexo e, muitas vezes, perturbador da vida das meninas, reunido a partir de três fontes diferentes:

- ✓ As experiências e opiniões das meninas com quem conversamos
- ✓ O conhecimento e a conscientização dos ativistas contra o casamento infantil
- ✓ O cenário político e legislativo que cria o ambiente facilitador ou incapacitante em que as meninas casadas vivem e os ativistas lutam.

Em diferentes países, as reações e descrições de meninas e jovens mulheres sobre o casamento infantil têm muito em comum. Existem algumas diferenças regionais – meninas na América Latina, por exemplo, têm maior probabilidade de estar em uniões informais, e na África Ocidental e Central a disparidade de idade entre a menina e o marido costuma ser mais acentuada. Além disso, as experiências individuais das meninas não são, de forma alguma, uniformes: uma variedade de elementos, determinados pela localização, circunstâncias econômicas e dinâmica familiar, entram em jogo.

Meninas de todos os lugares descreveram sua vulnerabilidade, a falta de proteção tanto

das leis nacionais quanto de suas próprias comunidades, e explicaram o porquê. Elas falam muito sobre pobreza, sobre a pressão social para se conformarem aos papéis de gênero estabelecidos, e sobre amor. O amor aos 14, 15 ou 16 anos as impulsiona, muitas vezes sob pressão dos pais, para um compromisso vitalício para o qual não estão preparadas. Elas também falam sobre o papel das mídias sociais – um novo desenvolvimento na formação de relacionamentos que traz tanto risco quanto romance.

Nem todos os casamentos são percebidos pelas próprias meninas como forçados. Mas mesmo para aquelas que veem o casamento como uma escolha, a realidade cotidiana do que assumiram – tarefas domésticas, cuidados com os filhos, ter menos opções e pouca autonomia – pode ser um choque. E para muitas, há um lado ainda mais sombrio.

1. Intimidação e Abuso: “Ele ficava violento comigo...”

A vulnerabilidade das meninas em seus casamentos é um tema central que emerge de nossa pesquisa. Ainda crianças, elas são dominadas por seus parceiros, muitas vezes mais velhos, e suas famílias, e para muitas isso leva à violência.



“(Ele) costumava me intimidar, e sempre que eu tentava falar, ele me batia. Eu ficava calada porque tinha medo das consequências.”
Bupe, 19, Zâmbia

! Mais de oito em cada dez (85%) das meninas que relataram ter sofrido violência em seus casamentos eram casadas com homens que eram pelo menos cinco anos mais velhos que elas.

Com apenas 13 anos, Binita foi coagida a manter relações sexuais com seu marido, então com 24. Embora tenha conseguido escapar do casamento, ela sabe que poucas meninas têm a mesma sorte. Binita explica que a violência é generalizada e a pressão sobre as meninas para suportá-la é intensa. Meninas e jovens mulheres são ensinadas que a honra da família é mais importante do que elas próprias.

“Ela é obrigada a ficar, mesmo que seja espancada ou esteja infeliz – porque nossa sociedade diz que uma menina deve proteger a honra de sua família. É por isso que muitas meninas ficam, mesmo sofrendo muito.”
Binita, 19, Nepal

Mas a violência é generalizada. Esneya, da Zâmbia, agora divorciada e morando com a mãe e o irmão, engravidou e se casou aos 16 anos. Seu marido, de 19 anos, também era abusivo:

“Ele saía de casa e passava dias fora, e, quando voltava, ficava violento comigo.” Esneya, 20, Zâmbia

Para algumas meninas, esse abuso era visto como “normal”, uma parte esperada do casamento, e foi relatado por elas em diversos países: Etiópia, Moçambique, Zâmbia, Nigéria, Togo, República Dominicana, Guatemala, Camboja, Nepal e Indonésia.

Em diversos países, as meninas tiveram a coragem de compartilhar conosco suas experiências de maus-tratos e controle dentro de seus relacionamentos, e discutiram a dificuldade de obter apoio:

- ➔ a violência doméstica não é suficientemente levada a sério em suas comunidades,
- ➔ elas são financeiramente dependentes de seus maridos ou parceiros,
- ➔ há uma falta geral de informações sobre serviços jurídicos locais.

Em todos os lugares, os sistemas de apoio para meninas eram mínimos e muitas eram obrigadas a enfrentar dificuldades para manter a união familiar.



Em Maradi, no Níger, as mulheres de Akula da Kyau (“cuidar bem”) dizem não ao casamento infantil e sim à educação das meninas, garantindo que os sonhos de suas filhas tenham a chance de crescer.
© Plan International

Em contextos em que os sistemas formais de apoio – como assistência jurídica, abrigos ou serviços psicossociais – são limitados ou inacessíveis, as meninas que sofrem violência muitas vezes dependem de sistemas informais de apoio, incluindo familiares, amigos e redes comunitárias. Espera-se que esses sistemas informais forneçam apoio emocional, prático e, às vezes, protetor. Nem sempre esse apoio é oferecido. Mwansa, na Zâmbia, descreve ter sofrido violência física grave por parte de seu ex-marido, que era mais de cinco anos mais velho que ela, e ter pedido ajuda à sua mãe.

“Fui à casa da minha mãe e perguntei se podia sair do casamento e ir morar com ela, mas ela recusou, dizendo que eu tinha escolhido esse caminho e que precisava aguentar. Continuei morando com meu marido, mas o abuso persistiu. Finalmente, a situação se agravou, chegando a ameaças de morte. Um dia, ele até pegou uma faca e ameaçou me matar. Voltei para a casa da minha mãe e, dessa vez, ela concordou em me deixar voltar”
Mwansa, 19, Zâmbia.

Chikondi, também na Zâmbia, enfatizou a relutância de algumas mulheres casadas em denunciar a violência doméstica, insistindo que essa responsabilidade não deve ser deixada inteiramente para elas.

“As vítimas não têm coragem de denunciar seus casos por medo de represálias da comunidade. Deveria haver uma plataforma onde alguém pudesse fazer a denúncia em nome da vítima.” Chikondi, 20, Zâmbia

Em todos os lugares, as meninas descrevem as situações em que se encontram como desesperadoras. A situação é ainda pior para as meninas que se identificam como marginalizadas: que vivem com alguma deficiência, estão isoladas social ou geograficamente, pertencem a uma casta ou etnia diferente, ou são vistas de alguma forma como párias. Estas meninas são particularmente vulneráveis aos impactos negativos do casamento infantil – o que também as torna mais suscetíveis a entrarem ou a serem forçadas a entrar em um casamento infantil.

Em muitos países, meninas descrevem o impacto que o isolamento social ou a distância geográfica tem em suas vidas: aquelas que vivem com deficiência física ou psicológica lutam para acessar a qualidade da educação ou dos serviços de saúde de que precisam e, muitas vezes, não têm condições de pagá-los. Meninas como Guedi são vítimas fáceis.

“Eu estou estressada porque minha mãe está doente e estamos isoladas da comunidade... porque ela tem incontinência urinária e fecal. Sinto que teria algum alívio do meu estresse se me casasse.”
Guedi, 24, Ethiopia

A descrição que Guedi faz de sua vida é angustiante, e é fácil entender por que o casamento pode representar uma solução. Embora suas experiências individuais sejam únicas, ela certamente não está sozinha: alguma variação dessa fragilidade, bem como uma incrível resiliência, se manifesta em todos os depoimentos das meninas.

2. Contornando as leis: “a maioria aceita...”

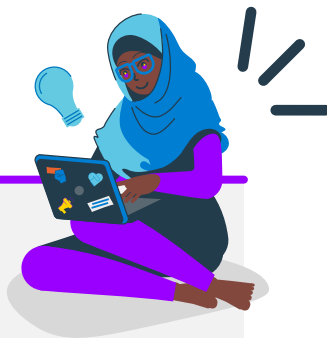
Outra questão que se destaca claramente em nossas conversas, corroborando os dados da análise do SIGI,²⁶ é que as leis que proíbem o casamento infantil são, em grande parte, ineficazes em termos de proteção das meninas. Elas são facilmente contornadas e, sem um foco maior no combate às normas de gênero que impulsionam o casamento infantil, continuarão insuficientes para gerar mudanças. Meninas de todos os lugares nos contaram como, embora seus casamentos não fossem legalmente registrados perante o Estado, eles eram celebrados, ou suas uniões eram formalizadas, perante suas comunidades e famílias, e isso era aceito.

“Alguns pais não aceitam [o casamento infantil], a maioria aceita, e alguns até alteram a idade da filha para que pareça que ela tem mais de 18 anos. Os líderes costumam dizer nas reuniões que isso é errado, mas sempre que há uma união, eles concordam e testemunham.”
Ruba, Moçambique, 20

Em dois terços dos países estudados, a idade mínima de 18 anos podia ser contornada legalmente e, em muitos casos, a lei era ignorada. De modo geral, fatores como a permissão dos pais, cerimônias facilitadas por líderes religiosos e tradicionais e a complacência das autoridades influenciavam a validação dessas relações. Consequentemente, meninas entravam em casamentos ou eram forçadas a relacionamentos sem qualquer proteção legal ou social.



Menina equatoriana de 19 anos que engravidou aos 17 recebe apoio de um grupo comunitário de meninas © Plan International



Percepções dos ativistas

Por que as leis não funcionam?

A perspectiva dos ativistas contra o casamento infantil sobre a situação legal estava muito alinhada com as experiências das meninas com quem conversamos: normas costumeiras e religiosas, que alimentam a desigualdade de gênero e consideram o papel das meninas e mulheres jovens como primordialmente doméstico e inferior ao dos homens, prejudicam significativamente a implementação de marcos legais nacionais destinados a prevenir e combater o casamento infantil.

55% dos ativistas entrevistados identificaram os costumes e as crenças religiosas como fatores-chave que minam a eficácia das leis e políticas formais destinadas a prevenir o casamento infantil.

Apenas nove por cento dos ativistas acreditavam que essas leis e políticas formais podem ser implementadas de forma eficaz em contextos em que as normas costumeiras ou religiosas são dominantes

Eles deixaram claro que o abismo entre a lei e as normas da comunidade, aliado à falta de financiamento e de vontade política, representa uma barreira significativa à aplicação da lei. Mesmo onde existe legislação de proteção, seu impacto é limitado.

“Inicialmente, o [nome do oficial do registro civil] não queria realizar o casamento porque achou que eu era muito jovem. Depois, ou lhe deram dinheiro ou conversaram com ele, e ele concordou em celebrar o casamento. Houve um período de cerca de 6 a 7 meses antes de eu completar 18 anos, e ele disse que não haveria problema.” Farhana, 21, Bangladesh

É evidente que as estruturas legais formais que proíbem o casamento infantil nem sempre “alcançam” as meninas cujas comunidades parecem aderir a regras informais e normas tradicionais. Também não há menção à responsabilização dos perpetradores – em muitos casos, a violação da lei sequer é reconhecida como tal.



Menina de 13 anos que defende os direitos das meninas na República Dominicana, onde o casamento infantil é proibido, mas as uniões informais continuam a ocorrer © Plan International

3. Os motivos: “elas simplesmente decidem se casar, por causa dos desafios que estão enfrentando...”

As razões pelas quais o casamento infantil persiste, apesar das novas leis, são complexas e multifacetadas, e não surpreendem. Muitos dos principais fatores já foram identificados por pesquisas anteriores, mas os detalhes são importantes: ouvir as razões inteiramente da perspectiva das meninas e jovens mulheres envolvidas pode ajudar a implementar sistemas de apoio essenciais e políticas preventivas.

Embora existam diferenças contextuais importantes entre os 15 países, as meninas descreveram razões semelhantes para a persistência do casamento infantil.

- **Pobreza:** a busca por estabilidade financeira, muitas vezes por parte de um marido mais velho, foi o motivo mais comum.
- **Amor:** citado por meninas que estavam em um relacionamento, muitas vezes mantido em grande parte online, ou às vezes na escola. No entanto, era frequentemente a pressão familiar que levava ao casamento: os pais, preocupados com um namoro prolongado que pudesse trazer vergonha para a família, estavam determinados a formalizar o relacionamento.
- **Coerção:** algumas meninas descreveram seus casamentos como sendo totalmente impostos a elas: era o que se esperava delas.
- **Gravidez não planejada:** frequentemente citada como motivo para casar-se ou viver em união estável.
- **Fuga de um ambiente familiar abusivo** também foi uma razão mencionada.

Além disso, os depoimentos das meninas mostram exemplos de como a violência sexual também pode levar ao casamento forçado: casos em que uma menina que foi estuprada ou abusada foi obrigada a se casar com o agressor.

A maioria das ativistas contra o casamento infantil atribuiu a persistência dessa prática nos países em estudo a expectativas culturais e sociais profundamente enraizadas. É simplesmente “normal” – as expectativas de gênero ainda regem a vida das meninas.

“Embora tenha havido alguns avanços, um número significativo de pais ainda acredita que as meninas devem priorizar o casamento e a maternidade em detrimento da educação, enquanto se espera que os homens sejam educados e sustentem a família.” Abrhet, 24, Ethiopia

Menina etíope de 13 anos que foi forçada a se casar devido à seca e à pobreza @ Plan International





Jovem de 17 anos do Togo que está fazendo um curso de costura para ter uma renda © Plan International

Pobreza

A causa imediata mais premente do casamento infantil é a pobreza. A instabilidade econômica, frequentemente agravada por conflitos e mudanças climáticas, é um fator presente em todos os lugares. As meninas buscam o apoio econômico de um parceiro para aliviar o fardo sobre suas famílias. No Camboja, a pobreza leva muitas meninas a se envolverem em relacionamentos que se desenvolvem rapidamente, alguns resultando em gravidezes não planejadas. Os pais, então, se envolvem e incentivam o casamento. Isto não é visto como incomum: muitas das mães, irmãs, outras parentes e amigas das meninas também se casaram ainda crianças. Essas uniões, embora reconhecidas pela comunidade, geralmente não possuem registro legal formal.

Em muitos casos, são homens mais velhos que exploram meninas mais jovens presas na pobreza: elas, e suas famílias, buscam uma saída. Na Nigéria, as meninas nos disseram que se sentem um “fardo econômico” para suas famílias e, por isso, priorizam a estabilidade financeira do casamento em detrimento da educação. Brenda, na Colômbia, sugere que os pais aceitam as uniões precoces para aliviar seu fardo econômico:

“Alguns pais aceitam essa situação, quase como se quisessem se eximir da responsabilidade de ter as filhas em casa.” Brenda, 23, Colômbia

No Togo, as meninas geralmente se casavam, ou eram coagidas a fazê-lo, entre os 13 e os 17 anos, geralmente com maridos muito mais velhos, também para aliviar a pobreza familiar. O mesmo ocorre em Uganda, onde as meninas se casam devido a dificuldades econômicas, às vezes combinadas com ambientes familiares abusivos:

“Eu não conseguia obter algumas coisas básicas de casa, por isso decidi ir embora... minha vida mudou de alguma forma porque percebi que estava sofrendo muito... a maioria das meninas está se casando com homens fora de sua faixa etária. Elas simplesmente decidem ir embora por causa dos desafios que enfrentam em suas vidas.” Dembe, 23, Uganda



Girl, 16, from Bangladesh who participates in a programme tackling harmful traditions associated with menstruation and child marriage © Plan International

Para muitas, o casamento não trouxe as soluções que esperavam: elas continuam pobres, muitas vezes em circunstâncias ainda mais difíceis do que antes.

Amor e casamento

Uma das descobertas mais surpreendentes do estudo foi a quantidade de meninas que falaram sobre casar por amor. As redes sociais, que facilitam a formação de relacionamentos fora do controle dos pais, são um fator crucial nesse contexto. Na Ásia e na América Latina, as meninas relataram consistentemente ter conhecido seus futuros maridos em plataformas de mídia social. Cheata, uma jovem de 16 anos da zona rural do Camboja, conheceu seu marido pelo Facebook: “Ele me enviou um pedido de amizade e eu aceitei”. Na Indonésia, Adinda, de 16 anos, também encontrou seu marido no Facebook, observando que o relacionamento começou quando eles “trocaram números do WhatsApp”. Da mesma forma, Xiomara, de 22 anos, do Equador, nos contou: “nós nos conhecemos pelas redes sociais”. O casamento infantil não é mais apenas uma prática tradicional enraizada em arranjos familiares. Ele é cada vez mais moldado por relacionamentos digitais, nos quais as meninas podem se sentir empoderadas, mas permanecem vulneráveis.

“Atualmente, a maioria dos relacionamentos começa online, e poucos acontecem dentro da comunidade.” Lopa, 20, Bangladesh

Conhecer pessoas pelo Facebook ou em outras plataformas online, sem a supervisão dos pais, não reduz os riscos. Pelo contrário, pode aumentar a exposição à manipulação e à coerção. Muitas vezes, as meninas “escolhem” casar-se sob a ilusão de amor e segurança oferecida por parceiros muito mais velhos, o que reflete o desequilíbrio de poder inerente aos casamentos arranjados mais tradicionais. A tecnologia não altera o comportamento: online, homens mais velhos ainda podem explorar as vulnerabilidades emocionais e econômicas das meninas. Essa transição de casamentos arranjados pelas famílias para aqueles que se originam nas mídias digitais exige novas formas de intervenção e uma maior conscientização sobre as questões complexas subjacentes à nova sensação de autonomia das meninas.

Uma dessas complexidades é a sobreposição entre o que as meninas percebem como casamentos por amor e o casamento por expectativa dos pais para evitar a vergonha familiar – os pais ficam ansiosos para formalizar as uniões a fim de proteger a reputação da filha e a sua própria. No Bangladesh, várias meninas sentiram-se pressionadas a casar-se com seus namorados: era o que se esperava delas, mas elas também estavam apaixonadas.

“Hoje em dia, a maioria dos casamentos acontece através de relacionamentos, e não por arranjos familiares. As famílias estão menos envolvidas, e os relacionamentos levam a mais casamentos. Os pais temem perder a honra e, por preocupação, forçam suas filhas a se casarem antes dos 18 anos. É por nossa causa que eles se sentem compelidos a fazer isso. No passado, os pais queriam arranjar casamentos, mas as filhas não queriam se casar cedo. Agora, são as filhas que querem se casar cedo” Farhana, 21, Bangladesh

O papel das redes sociais é um elemento novo e crucial para que as meninas vejam seus relacionamentos como casamentos por amor, mas, independentemente de como começaram, eles também envolvem a adesão a valores tradicionais. Em muitas comunidades, o relacionamento sexual de adolescentes fora do casamento é malvisto: incentivar o casamento infantil ajuda a comunidade e a família a manter o controle.

De modo geral, nos 15 países pesquisados, as meninas são valorizadas por seu papel como esposas e mães, em detrimento de suas ambições pessoais ou conquistas acadêmicas e profissionais. Mesmo quando se casam por amor, elas acabam se conformando aos papéis de gênero estabelecidos, geralmente submissas, como parceiras, mães e trabalhadoras domésticas. Muitas expressam arrependimento e todas rejeitam o casamento infantil para suas próprias filhas.

Coerção

! Uma em cada quatro meninas (25%) não teve voz na decisão de se casar.

A coerção assume diferentes formas: normas e expectativas da comunidade podem levar meninas ao casamento, mas o poder também é exercido de formas mais assustadoras.

“Conheço uma menina cujos pais tinham dinheiro para casá-la à força, e ela foi tirada de casa à força. Ela não queria se casar.” Chikondi, 22, Zâmbia

Sarita, no Nepal, foi forçada a se casar quando vários homens bêbados, incluindo seu atual marido, invadiram sua casa certa noite. Ela e o namorado estavam juntos havia seis meses e aqueles homens disseram que ela estava envergonhando sua família.

“**[Meu marido e eu] costumávamos conversar muito ao telefone. Depois dos meus exames do 11º ano, eu disse a ele que não me casaria... Eles chegaram bêbados, arrombaram a porta e entraram. Eu me casei por causa da vergonha que isso causaria na aldeia.**” Sarita, 24, Nepal

Sarita queria se casar com o namorado, mas somente quando tivesse 20 ou 21 anos. Ela relata que, apesar de como o casamento começou, o relacionamento em si não apresenta problemas. Rubi, também no Nepal, sente-se presa, contando que o marido chantageou emocionalmente seus pais para que aceitassem um casamento que ela não queria com um homem que ela não conhecia.

“**Ele começou a insistir com meus pais, dizendo: ‘Deixem-me casar com a filha de vocês, ou eu me mato’. Por causa dessa pressão, meus pais concordaram com o casamento quando eu tinha apenas 16 anos... meus pais não me perguntaram se eu queria me casar. Eles não tentaram entender como eu me sentia. Em vez disso, começaram a me acusar, dizendo: ‘Por que você não quer se casar? Você gosta de algum outro rapaz?’ Eu respondi: ‘Não gosto de ninguém. Só não quero me casar tão jovem — quero continuar meus estudos’. Mas meus pais não me ouviram.**” Rubi, 19, Nepal

No Níger, as meninas não se casam apenas para escapar da pressão familiar e do estigma de serem solteiras, mas também existe uma ansiedade subjacente em relação à sexualidade feminina estar fora de controle. A virgindade é valorizada: Hadiza afirma que o motivo mais comum para casar meninas menores de 18 anos é “para que elas se mantenham calmas e se casem virgens”, enquanto Saran expressa um sentimento semelhante:

“**Há meninas que não conseguem ficar paradas e vão atrás de homens, [e por isso] são dadas em casamento para sua segurança.**” Saran, 21, Níger

Menina nepalesa de 17 anos com sua pintura que retrata os perigos do casamento infantil © Plan International



What We Have Learned

Essa ansiedade em relação às meninas estarem fora de controle não se restringe ao Níger:

“Independentemente de quem seja a pessoa, os pais querem que suas filhas se casem aos 15 anos porque acreditam que, se não conseguirem controlar o comportamento sexual delas, elas se entregarão a ele. Consequentemente, é comum em nossa comunidade casar meninas aos 15 anos.” Foziya, 18, Etiópia

Também no Camboja a expectativa da comunidade impulsiona o casamento precoce. Tem sido “normal” por gerações e é difícil resistir. As meninas são vistas como prontas para a união assim que menstruam. Viver com um homem sem passar pelos ritos tradicionais é estigmatizado, e a desaprovação se intensifica se uma menina tiver filhos antes que esses ritos aconteçam.

Julia, na Guatemala, engravidou aos 14 anos e foi pressionada a se casar informalmente, embora já tenha se separado e esteja continuando seus estudos. Patricia também foi casada aos 15 anos com um homem mais velho. Uniões informais, frequentemente com homens mais velhos, são comuns e refletem uma normalização mais ampla de arranjos de coabitação precoce. As meninas frequentemente descrevem sua entrada em uniões em tenra idade como coercitiva.

Exemplos de coerção, às vezes sutis, às vezes flagrantes, existem em todas as regiões.



Menina equatoriana de 17 anos faz campanha em sua comunidade para acabar com a violência, a gravidez na adolescência e o casamento infantil © Plan International

Alinafwe, na Zâmbia, relatou como foi explorada pelo tio com quem morava.

“Às vezes, ele escondia meu uniforme para evitar que eu fosse à escola e, em vez disso, eu tinha que cuidar da plantação dele. Então, nossa vizinha abordou meu tio dizendo que queria que eu me casasse com o filho dela. Esse casamento foi realizado sem o consentimento dos meus pais. Eu tinha 13 anos e meu marido, 25. Meus pais não sabiam que eu havia sido casada à força.” Alinafwe, 21, Zâmbia

Na Indonésia, Dila foi casada aos 15 anos com um homem de 20 – um casamento forçado facilitado por sua irmã. Seu marido a agredia física e verbalmente. Eles se separaram depois de três dias..

“Havia pessoas que contavam histórias ruins sobre mim para o meu marido. Bem, ele acreditou, e então a família dele disse para ele se divorciar de mim. Foi por isso que ele quis [se divorciar de mim]. Eu disse: “Por que você não me leva para casa se [eu não consenti com o casamento]?” Dila, 16, Indonésia

! Das 27 meninas que nos disseram ter sofrido violência física, emocional ou sexual em seus casamentos, 11 também relataram não terem tido voz na decisão de se casar.

Espera-se que as meninas se casem cedo, se adaptem rapidamente às tarefas domésticas, e sejam submissas aos maridos e sogros, inclusive sofrendo pressão para terem filhos. Mesmo quando insistiam que se casavam por amor, as meninas estavam se aventurando no desconhecido e, na maioria dos casos, o consentimento livre e esclarecido estava ausente. As pressões a que as meninas eram frequentemente submetidas antes do casamento ou de entrar em uma união continuam a caracterizar seus relacionamentos.

“As pessoas dizem que, depois de casar, você tem que seguir o caminho do seu marido.”

Chitrakala, 24, Nepal

As meninas veem o casamento infantil como uma expectativa da comunidade, mas também como algo que as julga. Elas se sentem pressionadas a entrar em casamentos – seja por necessidade econômica, gravidez ou para preservar a honra da família. Mesmo casadas, sentem que a comunidade em geral continua a julgá-las: casaram-se muito cedo, estão negligenciando os estudos, não deveriam estar estudando ou não deveriam usar contraceptivos. As meninas ficam presas à pressão da comunidade, independentemente do que façam.



Jovem de 24 anos faz parte de uma nova geração de jovens indígenas no Equador que estão rejeitando o casamento precoce © Plan International

Percepções dos ativistas

Por que, apesar de todas as campanhas, o casamento infantil ainda persiste?

A pesquisa com ativistas reforça as opiniões e experiências das entrevistadas: as meninas estão fazendo o que se espera delas.

- ➔ 60% dos ativistas contra o casamento infantil identificam expectativas culturais e sociais profundamente enraizadas como o principal fator que impulsiona o casamento infantil.
- ➔ 45% dos ativistas percebem a gravidez como um dos principais fatores que levam ao casamento infantil.
- ➔ 40% citam dificuldades financeiras como um fator contribuinte.
- ➔ 33% apontam para a fraca aplicação das leis existentes contra o casamento infantil.
- ➔ 54% dos ativistas acreditam que o casamento infantil se tornou mais disseminado na última década

Isto é preocupante e precisa ser abordado. Embora os dados oficiais sobre as taxas globais de casamento indiquem uma queda, a percepção geral de que o casamento infantil é mais prevalente não pode ser ignorada. Várias meninas nos contaram que se casaram na mesma idade que seus pais ou ainda mais jovens, e há uma crescente preocupação entre ativistas de que, apesar dos avanços legais e do trabalho de defesa, algumas das normas subjacentes, facilitadas pelo atual retrocesso global dos direitos das meninas e mulheres, estejam ganhando influência. A prática também pode estar se tornando clandestina, com o casamento formal registrado sendo substituído por uniões informais, mascarando a verdadeira prevalência.



4. E agora? Experiências de meninas casadas

As participantes se casam por diversos motivos, mas, uma vez casadas ou em união estável, qual o impacto disso no cotidiano e nas aspirações futuras das meninas? Como elas ocupam seu tempo? Seu potencial fica sufocado pelas tarefas domésticas? Como elas podem ser ouvidas e apoiadas? Essa é uma área pouco explorada na pesquisa sobre casamento infantil.

Observamos de perto o cotidiano das meninas casadas – o papel que elas desempenham em seus lares. As meninas falaram sobre seu acesso, ou a falta dele, à educação e a informações e serviços de saúde sexual e reprodutiva. Elas discutiram sua solidão, a dinâmica de poder em seus relacionamentos – quem decide o quê –, suas aspirações para o futuro e descreveram o que acontece quando o relacionamento termina.

A próxima seção examina a vida de casada e as experiências das meninas com relação a: saúde mental, divórcio, educação, saúde e direitos sexuais e reprodutivos, saúde, desequilíbrios de poder e tomada de decisões.

O impacto psicológico do casamento infantil: “Estou perdendo muita coisa...”

Muitas meninas falaram sobre o impacto das circunstâncias cotidianas de seus casamentos em sua saúde mental: elas se sentem sozinhas, não conseguem sair de casa e, muitas vezes, não têm ninguém com quem desabafar.

“Percebo que não tenho ninguém em quem confiar, é por isso que dói tanto, e eu soffro” Bomo, 18, Togo

Em diversos países, as meninas, depois de casadas, assumem o peso das tarefas domésticas. Essas responsabilidades são esmagadoras e deixam pouco tempo para qualquer outra coisa.

“Bem, antes de me casar, havia muitas coisas para aproveitar, eu não precisava pensar muito, não precisava pensar em que tipo de trabalho eu precisava fazer, eu só pensava em coisas divertidas e prazerosas. Mas depois que me casei, preciso pensar no trabalho, na minha filha, e assim por diante.”
Chanta, 16, Camboja

Existe também o estresse de viver com estranhos, a família do marido, que pode ser pouco prestativa e às vezes abusiva.



“Depois do casamento, tive que me virar sozinha e assumir a responsabilidade de administrar a casa. Meus sogros não são muito compreensivos, então todas as responsabilidades domésticas recaíram sobre mim. Se eles fossem mais compreensivos, talvez eu não tivesse que carregar todo esse fardo... Eu não tinha ideia de como seria difícil administrar uma casa.” Manita, 22, Nepal

O isolamento das meninas se intensifica quando o casamento marca o fim da escola e quando não há trabalho ou formação disponíveis para elas. As exigências do trabalho doméstico significam que seu tempo para estar com amigos e atividades de lazer é limitado, e elas são definidas por suas responsabilidades familiares. Elas ainda são crianças, e os impactos disso na saúde mental muitas vezes não são reconhecidos, deixando as meninas lutando sozinhas. Muitas reconhecem o quanto suas vidas se tornaram limitadas e expressam o quanto se arrependem de terem se casado tão jovens.

“Desde o meu [casamento], o sofrimento piorou. Pensei que encontraria a felicidade com esse homem, mas acho que me enganei e me arrependo.” Ladfa, 19, Togo



Escolhas Reais, Vidas Reais: Ayomide, Togo

Ayomide participou da nossa pesquisa “Escolhas Reais, Vidas Reais”, que acompanhou a vida de meninas desde o nascimento até os 18 anos.

Ayomide tinha 15 anos e ainda cursava o ensino fundamental quando abandonou a escola devido à incapacidade de seu pai de arcar com as mensalidades. Ela se sentiu abandonada.

“[Meu pai] não cuida de mim direito... ele diz que não tem dinheiro suficiente para me sustentar... Às vezes parece que troquei de pai. Me dá vontade de chorar quando penso no jeito como ele me trata.” Ayomide, age 15, Togo 2021

Não muito tempo depois, ela foi morar com o namorado, com quem se casou antes de completar 16 anos. O casal teve um bebê um ano após o casamento, pouco depois de Ayomide fazer 17 anos. Mais tarde naquele ano, o marido casou-se com uma segunda mulher, que deu à luz um bebê no início de 2024.

A decisão de Ayomide de sair de casa para se casar não foi apoiada por sua família,

** Simultaneous activities were counted individually. For example, if a girl reported conducting 1 hour of childcare while simultaneously spending 1 hour cooking, this would be counted as 2 hours of unpaid care work



Três gerações de mulheres no Togo © Plan International/Izla Bethdavid

e o relacionamento ficou ainda mais tenso. Ayomide sentiu que não podia mais contar com o apoio deles.

Em 2024, sua tia expressou sua desaprovação em relação às escolhas de vida de Ayomide, particularmente seu casamento polígamo:

“O marido dela casou-se com uma segunda mulher, e ouvi dizer outro dia que ela deu à luz. São todos crianças, acabaram de se casar e ele vai ter outra esposa, e estão todos morando juntos.” Tia de Ayomide, Togo, 2024

Apesar de sua desaprovação, a tia expressou preocupação com o crescente isolamento de Ayomide e temia por sua saúde mental. Ayomide, obviamente, não estava feliz. Ela esperava que o marido a apoiasse para que voltasse a estudar ou fizesse um curso profissionalizante, mas a chegada de uma segunda esposa significava que ele não teria dinheiro para isso.

“Depois do parto, eu deveria estar procurando algo para fazer, mas nada, estou aqui sem fazer nada. É isso que me faz pensar... Todos os meus amigos estão aprendendo um ofício e eu estou aqui.” Ayomide, 18, Togo, 2024

Em 2024, Ayomide relatou que realizava 22 horas de trabalho de cuidado não remunerado por dia**. Doze horas do seu dia eram dedicadas aos cuidados com a filha e, além disso, num exemplo impressionante de multitarefa, outras 10 horas eram gastas cozinhando, limpando e realizando outras responsabilidades domésticas. Ayomide também trabalhava na barraca de feira da sogra.

Como muitas das meninas com quem conversamos, espera-se que Ayomide priorize o trabalho doméstico, os cuidados com a filha e as obrigações para com os sogros. Seu bem-estar e seu direito à educação são secundários. Sua história mostra que, embora o apoio da família e dos amigos, que falta no caso dela, seja vital, o apoio formal também é essencial. Subsídios acessíveis para creche e educação liberariam tempo para aprendizado, trabalho e lazer, aumentando suas oportunidades e sua felicidade.

“Quero ter mais tempo para buscar dinheiro, e também para conversar com amigos e darmos conselhos uns aos outros.” Ayomide, 18, Togo, 2024

Extraído do relatório Sem Tempo
<https://plan-international.org/publications/out-of-time/>



Separação e divórcio: “ela será chamada de dissidente...”

! **Mais de um quarto (28%) das meninas no estudo deixaram suas uniões.**

Há poucos dados sobre separação ou divórcio na literatura mais ampla, mas mais de um quarto das meninas com quem conversamos havia deixado seus parceiros, a maioria voltando para a casa dos pais. É uma decisão que exige muita coragem e determinação. Algumas delas têm filhos, e é difícil terminar um relacionamento quando muitas vezes não possuem habilidades economicamente viáveis nem meios de se sustentar.

Um tema recorrente em todos os países foi o estigma, o julgamento da comunidade e os desafios financeiros associados à separação. Em algumas comunidades, porém, embora as dificuldades persistam, as atitudes estão mudando. Fate, da Etiópia, se mostra otimista:

“**O divórcio não impede você de realizar seus sonhos. Meninas divorciadas podem voltar a estudar, empreender e levar uma nova vida. Por isso, quero encorajar as meninas divorciadas a não perderem a esperança, pois amanhã é um novo dia.**” Fate, 18, Etiópia

Após a separação, muitas meninas ainda enfrentam restrições à sua autonomia, especialmente nos lares dos pais. Mesmo quando conseguem gerir as suas próprias finanças, muitas vezes encontram-se em condições de insegurança econômica.

Young child marriage activist, 24, who works with youth to challenge child marriage © Plan International



“**Conheço algumas garotas [finalmente independentes após o casamento], mas, de modo geral, elas enfrentam ainda mais dificuldades financeiras porque não são capazes de fazer as coisas sozinhas e cuidar de si mesmas. Para uma adolescente sem experiência no mundo real, morar sozinha pode ser um pesadelo.**” Kedja, 24, Etiópia,

Em Uganda, houve mudanças positivas e Zesiro descreve a autonomia que conquistou desde que se separou do ex-marido, assim como Alinafwe na Zâmbia:

“**Diziam-me o que fazer e o que não fazer no meu casamento, mas agora sou capaz de tomar as minhas próprias decisões.**” Alinafwe, 21, Zâmbia

Em muitas comunidades, porém, o estigma é difícil de superar e o divórcio é inaceitável. No Togo, as atitudes da comunidade desencorajam o abandono do casamento, mesmo em casos de violência. As meninas que se separam são rotuladas como promíscuas ou sem instrução e frequentemente são excluídas socialmente. Da mesma forma, no Nepal, tanto o divórcio quanto a separação são

extremamente raros e estigmatizados, priorizando-se a manutenção da unidade familiar. Nos 15 países analisados, há pouco conhecimento sobre as opções legais disponíveis.

As jovens reconhecem que os pais são fundamentais para garantir apoio após uma separação. Chanda, de 17 anos, na Zâmbia, conta que, enquanto casada, dependia do salário do ex-marido e agora depende da renda da mãe, que trabalha na agricultura e vende pães e bolos. Outras jovens relatam que suas mães as apoiaram para que abrissem seus próprios negócios: Kabiite, de 21 anos, de Uganda, administra uma pequena barraca de alimentos, que conseguiu abrir graças ao capital da mãe; Mwansa, de 19 anos, da Zâmbia, vende tomates, assim como Fate, de 18 anos, da Etiópia. Putri, de 17 anos, da Indonésia, e Chisenga, de 18 anos, da Zâmbia, contam com o apoio dos pais. Outras jovens divorciadas dependem de parentes mais velhas e, em geral, pedem dinheiro emprestado a familiares, amigos e vizinhos.

“Atualmente, moro com minha família e dependo do apoio deles, pois meu ex-marido não me oferece nenhum auxílio. Tenho interesse em começar a trabalhar para sustentar a mim e ao meu filho. Por exemplo, gostaria de abrir uma cafeteria, pois tenho as habilidades necessárias para administrar um negócio desse tipo.” Zeynaba, 20, Etiópia

Desde que tenham apoio, apesar dos desafios que enfrentam, as mulheres divorciadas geralmente desfrutam de maior autonomia econômica do que as casadas.

No entanto, divorciar-se não é fácil. Meninas na Indonésia discutiram os detalhes do processo de divórcio, e Adinda explicou, com base na experiência de sua irmã, o que acontece quando apenas a mulher deseja se divorciar.

“Ela será repreendida pelo pambayung [líder tradicional], será chamada de dissidente..., no entanto, se um homem quer o divórcio, ele pode acontecer imediatamente. Uma mulher pode dizer ‘divórcio’ com vezes, e não poderá se o marido não quiser.”

Adinda, 15, Indonésia

Uma jovem cambojana que se casou aos 17 anos. Agora com 21, ela se divorciou e se formou como estilista para sustentar seu filho e irmãos. © Plan International



O Que Aprendemos

Binita, no Nepal, que foi forçada a casar aos 13 anos, lutou para deixar seu marido abusivo e alcoólatra. Ela finalmente conseguiu, com o apoio dos pais. Os problemas de Binita não terminaram aí – nem sua determinação.

“Não havia provas [da separação]. Havia apenas um pedaço de papel. Dizia que, se eu me casasse novamente, ele poderia entrar com uma ação judicial contra mim, mas se ele se casasse novamente, eu não poderia fazer nada. Esse papel foi feito na aldeia dele. Eu o rasguei porque era injusto. Eu disse: ou vocês escrevem da mesma forma para os dois, ou não escrevem nada” Binita, 15, Nepal

A igualdade de gênero não se aplica ao divórcio. Os homens podem se divorciar e casar novamente, mas para mulheres e meninas tudo é uma luta.

Os depoimentos das meninas apontam para uma necessidade muito real de apoio financeiro, educacional e psicológico para meninas divorciadas, cujas necessidades raramente são destacadas ou atendidas. Atualmente, os dados indicam que elas dependem de ter famílias, geralmente mães, que tenham a vontade, os recursos e as habilidades para ajudá-las. Nem todas têm essa sorte. Podemos ver, pelas histórias que contam, como as leis mínimas para apoiar meninas casadas a deixarem seus casamentos, ou a obterem pensão alimentícia ou guarda dos filhos, interagem negativamente com as normas culturais existentes que estigmatizam as divorciadas. Aumentar a conscientização sobre a situação das meninas divorciadas, oferecer treinamento profissional e apoio financeiro é uma área que precisa ser investigada.

“Quando você é dona de casa, mal tem dinheiro... então, se você se separar, por exemplo, levando seus filhos, como os alimentará?... Portanto, neste caso, eu continuo casada pelos meus filhos.” Kabiite, 21, Uganda

Educação: Algumas pessoas perguntam “qual é o sentido?”

A educação é importante para muitas das meninas, que reconhecem que ela pode ajudá-las a construir um futuro melhor, mas o apoio da comunidade à continuidade dos estudos para as meninas casadas é descrito como variável.

“Algumas pessoas pensam: ‘Ela é casada, qual a utilidade de estudar?’ Muitas famílias têm dificuldades financeiras e não podem pagar pela educação... A maioria das pessoas diz coisas positivas, mas algumas questionam: ‘Ela é casada e ainda está estudando? Qual o sentido nisso?’ Pushpa, 18, Bangladesh



Membros do programa Girl Engage no Níger, que defendem o fim do casamento infantil © Plan International

De modo geral, as meninas dizem que continuar estudando é visto como abandonar sua principal responsabilidade de trabalhar em casa e cuidar da família.

“Sim, as pessoas vão dizer que ela não cuida da casa, que não consegue conciliar o casamento e os estudos.”

Zaynab, 23, Níger

Na República Dominicana, as participantes acreditam que as meninas devem fazer o possível para continuar estudando após o casamento, mas reconhecem que os compromissos com os filhos e o julgamento da comunidade podem dificultar isso. Fernanda, de 15 anos, comenta: “a maioria delas fala muito e diz que [uma menina] é muito jovem para se casar, que ela tem que sentar e estudar”. Mas, aqui e em outros lugares, isso não se traduz necessariamente em apoio à educação de meninas casadas.

“Eu consegui terminar o ano passado, mas um professor me disse que eu não podia continuar porque estava grávida. Eu estava indo bem em todas as minhas aulas, mas ele me fez reprovar o ano.” Francia, 17, Colômbia

Depois que uma menina se casa, as normas de gênero ditam que sua educação raramente é uma prioridade. As meninas são criticadas por quererem estudar em vez de cuidar da casa. Julia, na Guatemala, diz que os homens frequentemente manipulam as meninas e tentam limitar sua educação, e acrescenta:

“Há quem não goste que nós, mães, continuemos estudando, mas há quem apoie, pois nem todas temos o mesmo direito de ficar em casa e há outros motivos, mas precisamos zelar pelos nossos sonhos.” Julia, 24, Guatemala

Isso é mais difícil de fazer em algumas áreas do que em outras:

“Em nossa comunidade, é comum que meninas casadas abandonem a escola. Isso se deve à dupla responsabilidade: frequentar a escola e cuidar das tarefas domésticas. Nas áreas urbanas, as meninas casadas podem frequentar a escola.” Fate, 18, Etiópia

Para algumas meninas, a situação é ainda mais difícil do que para outras, principalmente para aquelas com deficiência. Maria, de 17 anos, do Equador, abandonou a escola ao engravidar com a intenção de retornar, mas, após a gravidez, desenvolveu uma doença crônica. Isso a deixou com mobilidade reduzida e o médico a alertou de que o caminho irregular até a escola seria perigoso para ela. Ela teve que interromper os estudos por quase dois anos.



O Que Aprendemos

Em muitas comunidades no Togo, embora a educação formal não seja vista como apropriada para meninas casadas, o treinamento profissional em áreas como cabeleireira ou costureira é mais aceitável. Várias participantes desejam seguir essas carreiras, mas não têm os meios financeiros ou o apoio institucional necessários para se inscreverem em programas de aprendizagem. O mesmo acontece no Nepal, onde as meninas que buscam oportunidades de treinamento também se veem presas às tarefas domésticas. Roshani, de 22 anos, diz que gostaria de aprender costura e operar máquinas para ampliar suas oportunidades de emprego, mas não há vagas disponíveis para ela. Sumana e Binita afirmam que outras pessoas estão recebendo apoio para treinamento, mas esse apoio não é acessível a elas por serem Dalits.

““Você começa a pensar e a imaginar o quão constrangedor seria voltar e repetir o ano, ver os colegas um ano à frente. Quero dizer, eu fiquei constrangida.”
Maria, 17, Ecuador



A young woman, 22, works in her tailoring shop in Nepal ©Plan International

Percepções dos ativistas

De que tipo de apoio as meninas casadas precisam para continuarem ou retornarem aos estudos?

Ativistas contra o casamento infantil entrevistados identificaram diversas estratégias-chave para apoiar meninas casadas a continuarem seus estudos. Os dados revelam uma forte ênfase tanto na conscientização quanto no apoio financeiro, com uma hierarquia clara de prioridades.

- ➔ 44% dos entrevistados classificaram os programas de conscientização – direcionados tanto às meninas quanto às suas famílias – como a principal prioridade,
- ➔ 26% dos ativistas classificaram os auxílios financeiros condicionados, incluindo bolsas de estudo, como a prioridade máxima,
- ➔ 18% selecionaram o treinamento personalizado vocacional ou de habilidades,
- ➔ 11% selecionaram o apoio da escola – como transporte, horários flexíveis e creche.

A ênfase em programas de conscientização destaca uma crença generalizada de que mudar mentalidades e reforçar o valor da educação é fundamental para o retorno aos estudos. Sem o apoio da comunidade e da família, as meninas podem enfrentar barreiras sociais significativas para retornar à escola, as quais nenhuma quantia de apoio financeiro, embora desempenhe um papel importante, será capaz de superar.



Membros do projeto Campeãs da Mudança em Moçambique, que estão conscientizando as pessoas sobre gravidez na adolescência e casamento infantil © Plan International



República Dominicana

Escolhas Reais, Vidas Reais: **Griselda, República Dominicana**

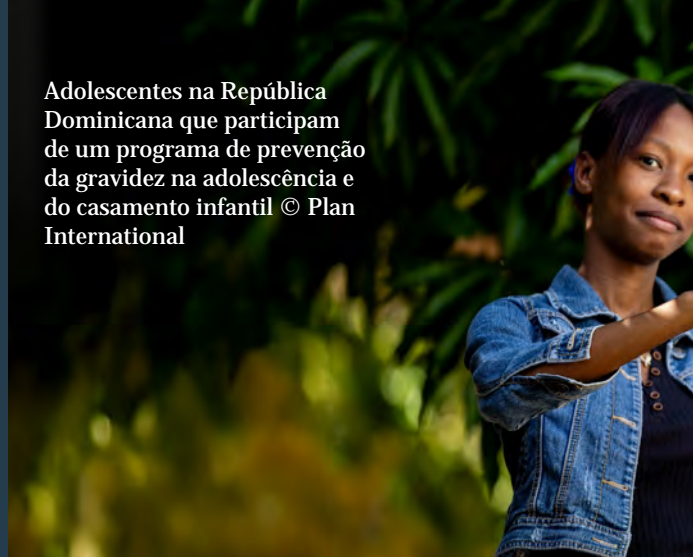
Griselda participou da nossa pesquisa “Escolhas Reais, Vidas Reais”, que acompanhou meninas desde o nascimento até os 18 anos.

Griselda tinha 13 anos quando se casou. Ela conheceu o marido – sete anos mais velho – nas redes sociais e começou a namorá-lo sem o conhecimento da família. Em janeiro de 2020, Griselda descobriu que estava grávida e se casou em segredo.

“Ela saiu sorrateiramente, depois que todos foram dormir, saiu de casa e foi embora com ele... Saímos à sua procura e descobrimos que ela tinha se casado.” Irmã de Griselda, República Dominicana, 2021

Griselda abandonou a escola no ano em que engravidou, mas depois de dar à luz, arrependeu-se da decisão. Ela e o marido foram morar com os pais dele e Griselda se matriculou novamente na oitava série, desta vez em aulas remotas. Retomar os estudos depois de quase um ano de afastamento foi um desafio, principalmente porque o ensino remoto depende de tecnologias confiáveis – nem sempre fáceis de encontrar.

Adolescentes na República Dominicana que participam de um programa de prevenção da gravidez na adolescência e do casamento infantil © Plan International



“Meu celular está quebrado, então comecei tarde, no computador. Estou muito atrasada... Preciso recuperar o tempo perdido, porque estou muito atrasada.” Griselda, 15, República Dominicana, 2021

Outro problema crucial era o cuidado com o filho. Griselda às vezes conseguia deixar o filho com um amigo do marido enquanto estudava, mas frequentemente era interrompida porque ele estava com os dentes nascendo e chorava muito, querendo a mãe.

Griselda perseverou e, aos 18 anos, concluiu todos os anos de escolaridade obrigatória na República Dominicana. Ela estava matriculada no segundo ano do Preparatório, um programa de ensino médio híbrido, com aulas presenciais e ensino remoto. Griselda frequentava as aulas das 7h às 12h aos domingos, conciliando os estudos com um trabalho de meio período em um banco durante a semana e com os cuidados com o filho. Apesar da rotina agitada, ela estava determinada a concluir o ensino médio e ingressar na universidade para estudar medicina.

“Não quero ficar para trás, quero progredir, fazer algo da minha vida.” Griselda, 15, República Dominicana, 2021



Griselda atribui sua capacidade de concluir os estudos à sua família: ela contou com o apoio constante do marido e dos sogros, que a ajudaram com os cuidados com o filho. Agora que o filho frequenta a pré-escola, tudo parece muito mais fácil, e ela acredita que seria útil se houvesse mais opções de creche gratuitas. Ela também enfatizou a importância da gratuidade do ensino preparatório, sugerindo que, de outra forma, teria sido impossível continuar seus estudos.

Griselda nos lembra que, para meninas casadas, o retorno aos estudos é um grande obstáculo a ser superado. Sua excepcional determinação a ajudou a perseverar, mas ela não teria conseguido sozinha. Sua história demonstra os fatores essenciais que precisam estar presentes: uma rede de apoio informal na família que ofereça incentivo e cuide dos filhos, horários escolares flexíveis, cursos gratuitos e – quando possível – ensino remoto com equipamentos de qualidade.

Extraído do relatório Sem Tempo
<https://plan-international.org/publications/out-of-time/>



Saúde e direitos sexuais e reprodutivos: “Só me casei porque engravidei...”

O acesso das meninas à contracepção, em particular, e aos cuidados de saúde reprodutiva em geral, é outro fator crucial que determina a trajetória de suas vidas conjugais. A educação sexual abrangente muitas vezes está ausente dos currículos escolares e a maioria das meninas tinha conhecimentos muito limitados sobre saúde sexual e reprodutiva antes do casamento. Não surpreendentemente, a gravidez é um dos principais fatores que levam ao casamento infantil. Depois de casadas, as meninas sofrem muita pressão para terem filhos e, em muitos relacionamentos, a contracepção é um tema polêmico. Nem sempre é facilmente acessível e a capacidade das meninas de usar métodos contraceptivos e planejar suas famílias fica, em grande parte, sob a responsabilidade dos maridos ou, em alguns casos, das sogras:

“Quanto ao serviço de planejamento familiar, devemos primeiro informar nossos maridos antes de irmos lá. Até mesmo o prestador de serviços nos diz isso.”
Yacine, 22, Níger

Em geral, as meninas sentem que precisam da aprovação do marido antes de usar contraceptivos. Isso foi relatado no Nepal e no Bangladesh, onde, embora os contraceptivos estejam disponíveis, as meninas casadas são obrigadas a ceder se os sogros exigirem um neto. Da mesma forma, na República Dominicana, Ariana, de 17 anos, conta que o marido queria um filho e, por isso, ela teve que lhe dar um. Algumas meninas, como Samiyah, na Indonésia, escondem o uso de métodos contraceptivos.

“Sim, [meu marido] disse para não usar anticoncepcional... ele quer ter filhos a cada quatro anos. Mas sou eu quem está cansada, sou eu quem cuida de nós. Quero usar o anticoncepcional. Não quero mais filhos por enquanto. Vamos criar estes dois primeiro.”

Samiyah, 23, Indonésia

No Nepal, na Zâmbia e na Etiópia, a pressão para ter filhos pode começar poucos meses após o casamento. Muitas relatam que isso leva a abusos verbais e agressões por parte de suas famílias e parceiros.

“Fiquei alguns anos sem ter filhos, e minha família vivia dizendo coisas como: ‘Você ainda não teve um bebê. Você é estéril? Vai continuar estéril para o resto da vida?’ Eles me pressionavam muito.”

Manita, 22, Nepal

No Camboja, as meninas relatam reações diversas, com algumas afirmando que, menores de 18 anos, são consideradas pela comunidade como biologicamente imaturas. Outras não têm tanta certeza; algumas comunidades acreditam que

“... ter filhos quando somos jovens é bom porque fica mais difícil conceber e dar à luz à medida que envelhecemos.”

Nita, 17, Camboja

Em Uganda, quase todas as participantes enfatizaram que as meninas casadas enfrentam uma pressão enorme para terem filhos, embora algumas resistam:

“Meu marido não me permite usar métodos contraceptivos. No entanto, eu os uso sem que ele saiba. Nunca conseguimos chegar a um acordo juntos sobre esse assunto.”

Judith, 23, Uganda



Uma mãe adolescente com sua filha de dois anos em Uganda © Plan International

Na Nigéria, algumas meninas dizem que a comunidade ou os parentes não as pressionam, pois os filhos são obra de Deus. Outras observam que o uso de contraceptivos é visto de forma negativa.

“Na perspectiva dos nossos pais, [a contracepção] é vista como algo inapropriado porque foi trazida por estrangeiros [homens brancos], mas para nós, está tudo bem, é algo que trará paz à nossa vida.” Asmau, 19, Nigéria.

No Togo, a pressão para ter filhos é forte:

“Se você se casar e não tiver filhos, vão rir de você e pensar que você, como mulher, é inútil... [as pessoas da comunidade dirão] que ela é estéril, outros dirão que ela retirou o útero para ganhar dinheiro ou que foi amaldiçoada.” Tatiana, 21, Togo

Na Guatemala, as meninas não são pressionadas a ter filhos, mas sentem a pressão de serem forçadas a casar após a gravidez. No entanto, Patricia, de 19 anos, que se casou aos 15, destaca que o uso de contraceptivos é visto de forma negativa e que muitos prefeririam que as meninas tivessem filhos.

No Camboja e na Colômbia, as meninas têm mais autonomia: as decisões sobre planejamento familiar eram frequentemente tomadas de forma independente ou com pouca participação do parceiro, embora, em alguns casos, a resistência do parceiro ainda ocorra.

Quase três em cada quatro (71%) meninas que ainda estudam tiveram acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva

De modo geral, nossa pesquisa indica que oportunidades educacionais e de emprego podem facilitar o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva e dar às meninas maior controle sobre seus corpos e suas vidas. Para aquelas que não estudam ou não trabalham, o acesso é mais problemático.



Jovem mãe e seu bebê na Etiópia
© Plan International

Essas percepções fundamentais das próprias meninas corroboram as descobertas da literatura sobre o aumento da influência reacionária, conservadora e religiosa que, particularmente no que diz respeito à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos, está moldando atitudes e marcos legais. Isso precisa ser reconhecido e desafiado. Gestações não planejadas que levam a casamentos ou uniões, em sua maioria indesejados e ilegais, e a falta de participação nas decisões sobre quantos filhos ter e quando tê-los, representam uma violação inaceitável dos direitos das meninas.

Questões de saúde: “Eu não tinha dinheiro...”

Não são apenas os serviços de saúde sexual e reprodutiva que estão fora do alcance de muitas; o acesso à saúde em geral também é um problema. Meninas marginalizadas, principalmente aquelas com deficiência, lutam para obter a qualidade dos serviços de saúde de que precisam e, muitas vezes, não têm condições de pagar por eles.

Dembe, de 23 anos, de Uganda, que tem limitações físicas na mão, diz que a falta de recursos financeiros a impede de ir a um hospital se precisar. O mesmo aconteceu com Esneya, na Zâmbia, que tem deficiência visual:

“Fui ao hospital, mas não consegui comprar óculos porque não tinha dinheiro para isso.” Esneya, 20, Zâmbia

Os sistemas de saúde nas comunidades dessas meninas não estão alcançando aquelas que mais precisam e não se esforçam para serem fisicamente ou financeiramente acessíveis:

“...os profissionais de saúde me tratam bem, mas o atendimento e os medicamentos não estão disponíveis no hospital. Normalmente, eles me encaminham para a farmácia para comprar os remédios, e eu não tenho condições de comprá-los lá porque são caros.” Guedi, 24, Etiópia

Poder e desigualdade: “a permissão raramente é dada...”

Os papéis de gênero tradicionais exigem que mulheres e meninas sejam submissas e passivas nas relações sexuais, cumpram as obrigações reprodutivas e obedeçam a seus maridos. A maioria das áreas de suas vidas – ir à escola, planejamento familiar, fazer compras, trabalhar fora de casa – é controlada por seus maridos e, às vezes, pela família dele.

“...meu marido não permite que as mulheres saiam de casa. Se alguém tem permissão para trabalhar fora, o horário precisa ser adequado e ela precisa ser capaz de dar conta das tarefas domésticas também.” Lopa, Bangladesh, 20

Os desequilíbrios de poder implícitos no casamento infantil, em que os maridos são frequentemente mais velhos e a esposa ou parceira menor de idade pode estar morando com a família dele, são agravados pelas normas de gênero intergeracionais e pela falta de educação e autonomia financeira da menina.

“Mesmo quando as meninas expressam o desejo de trabalhar, as oportunidades são escassas e a permissão raramente é concedida, reforçando sua dependência dos membros masculinos da família.” Esneya, 20, Zâmbia

Como provedores, os maridos detêm grande controle sobre as finanças da família. A falta de independência financeira e, em muitos casos, a pouca vida fora de casa têm um efeito devastador sobre a autonomia das meninas. No Níger, as esposas geralmente precisam da permissão do marido para acessar o dinheiro: Amina consegue acessar o dinheiro do marido para se sustentar, mas precisa da permissão dele; Bintou também precisa esperar por permissão antes de fazer uma compra que possa “causar problemas entre nós.”

Para Sofia, na República Dominicana, o marido ganha o dinheiro e a esposa só recebe dinheiro para comprar coisas específicas, como mantimentos, e precisa pedir permissão. A situação é a mesma para Nakry, no Camboja, e Shetu, em Bangladesh, cujo controle do marido sobre suas decisões financeiras se estende até mesmo a pequenas compras de supermercado:

“Meu marido me dá de 3.000 a 4.000 BDT [aprox. US\$ 25 a US\$ 33] para pagar as compras. Se eu precisar de mais dinheiro, tenho que explicar por que preciso e para que vou usá-lo.” Shetu, 21, Bangladesh

Esses exemplos nos dão uma indicação da desigualdade que caracteriza a maioria dos relacionamentos conjugais e do nível de controle que as meninas enfrentam diariamente. Somente no Equador, em geral, todas as meninas tomavam decisões domésticas em igualdade de condições com seus maridos.

Os dados mostram claramente que o poder de decisão geral das meninas casadas, seja em relação à contracepção, à mobilidade das meninas ou a questões financeiras, grandes ou pequenas, é mínimo, e algumas meninas nos disseram que se sentiam intimidadas ao desafiar a autoridade de seus maridos. Elas também nos disseram que se sentiriam mais confiantes para participar da tomada de decisões se fossem menos dependentes financeiramente, tivessem ajuda de seus maridos e familiares com os cuidados com os filhos e algum apoio com as tarefas domésticas. Tudo isso promoveria a igualdade em seus relacionamentos.



Membros de um grupo que lidera campanhas de conscientização para quebrar tabus e defender os direitos sexuais e reprodutivos das meninas no Níger © Plan International

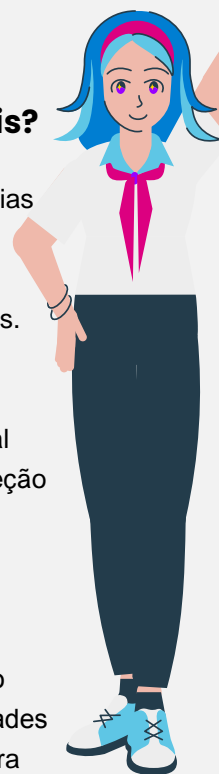


Percepções dos ativistas

Como as meninas podem se tornar parceiras iguais?

Os ativistas contra o casamento infantil têm várias estratégias prioritárias para fortalecer a capacidade das meninas de participar das decisões domésticas. Essas estratégias respondem aos desafios descritos na seção anterior e estão alinhadas com o feedback das próprias meninas.

- ➔ 36% dos entrevistados priorizaram garantir o conhecimento dos direitos e o acesso a serviços de apoio jurídico. Essa foi a principal prioridade dos ativistas, enfatizando que o conhecimento e a proteção jurídica são fundamentais para que as meninas façam valer seus direitos dentro de casa.
- ➔ 27% citaram o desenvolvimento de habilidades para a vida e a autoconfiança, que foi a segunda abordagem mais priorizada. Isso reflete uma forte crença de que capacitar as meninas com habilidades de comunicação, negociação e tomada de decisão é essencial para mudar a dinâmica de poder em casa.
- ➔ 25% defenderam a educação e o envolvimento de maridos, sogros e líderes comunitários. Engajar aqueles que detêm influência na casa e na comunidade é visto como fundamental para melhorar a autonomia e a tomada de decisões das meninas dentro de casa.



Menina de 17 anos, da Indonésia, que participa de um projeto de conscientização sobre o casamento infantil para crianças © Plan International/ Lintang Hakim

5. Olhando para o futuro: “Não deixarei que a minha filha cometa o mesmo erro...”

Apesar dos desafios que enfrentam, muitas meninas se recusam a abandonar seus sonhos e ambições. Elas querem voltar a estudar ou ter meios para abrir seus próprios negócios.

“Quero avançar, e daqui a cinco ou dez anos ser professora e ajudar outras meninas no sistema educacional.” Halima, 20, Nigéria

Muitas expressam arrependimento e estão determinadas a fazer com que a vida de suas filhas seja diferente.

“Não, não deixarei minha filha cometer o mesmo erro. Explicarei que a educação é importante agora. Mesmo que minha filha queira se casar, eu não permitirei. Tentarei fazê-la entender o máximo possível. Mesmo que ela se apaixone, não permitirei o casamento.” Farhana, 21, Bangladesh

Em Moçambique, as participantes têm objetivos claros para o futuro, incluindo concluir os estudos e seguir carreiras como enfermagem ou empreendedorismo. Todas se opõem ao casamento infantil e anseiam por maior autonomia e oportunidades para as meninas.

Em alguns países, as ambições são limitadas pelas restrições da vida atual. No Bangladesh, poucas expressam aspirações além de serem boas esposas ou mães. Aquelas que almejam educação ou emprego muitas vezes duvidam que esses objetivos sejam alcançáveis.

No Equador, Maria menciona várias profissões que lhe interessam – odontologia, criminologia, design gráfico – e diz que está avaliando-as em relação ao custo e ao tempo necessário para a formação. Pamela quer seguir carreira na agricultura ou neonatologia, não se vê tendo mais filhos e deseja que sua filha tenha uma vida melhor.

Na República Dominicana, Fernanda quer ser engenheira e Mariana, enfermeira – ela está cursando enfermagem na faculdade. Outras meninas também querem terminar os estudos e todas desejam que seus filhos sejam educados. Suas aspirações e sonhos são poderosos. Mas a resistência ao progresso busca manter mulheres e meninas em casa, “em seu lugar”, e muitas vezes a mudança é lenta demais e pequena demais.

Ao longo da pesquisa da Plan International sobre os direitos das meninas – seja para o Relatório Anual sobre o Estado das Meninas no Mundo ou para o estudo longitudinal Escolhas Reais, Vidas Reais – o desejo de mães e avós de que seus filhos, muitas vezes com referência particular às filhas, tenham uma vida melhor, é recorrente ao longo das gerações. Isso se reflete nas pesquisas atuais. Mas, ao longo de quase 20 anos, e apesar de campanhas e legislações, as atitudes em relação ao casamento infantil e aos papéis de gênero permanecem mais estáticas do que deveriam. Apesar de tudo, as meninas com quem conversamos continuam esperançosas por si mesmas e por seus filhos. Não podemos decepcioná-las.

“Quero ser financeiramente independente e que meus filhos tenham uma vida melhor e continuem seus estudos até que um dia possam trabalhar e, então, pensar em casamento ...” Ezichi (casada aos 17) Níger

Práticas Promissoras:

Contribuindo para a mudança

O programa global da Plan International para acabar com o casamento e as uniões infantis, precoces e forçadas (CEFMU) coloca as meninas no centro de uma abordagem ousada e baseada em direitos para combater as causas profundas dessa prática prejudicial e garantir que as meninas possam adiar o casamento, em comunidades que defendam os direitos das meninas e a igualdade para todos.

Acabar com o casamento infantil é um problema urgente que exige investimentos concretos. O modelo de programa global da Plan International atua em todas as regiões para prevenir o casamento infantil e apoiar meninas já casadas e aquelas que estão separadas ou divorciadas.



O modelo do programa é transformador em termos de gênero, multinível e fundamentado em mais de uma década de experiência programática e ações de advocacy. Ele busca mudar normas de gênero prejudiciais, ampliar a autonomia das meninas e fortalecer os sistemas que protegem seus direitos. O programa aborda tanto a prevenção quanto a resposta e utiliza estratégias direcionadas para:



mudar normas e comportamentos

que impulsionam o casamento infantil e limitam a proteção, a educação, o emprego e os direitos sexuais e reprodutivos de meninas e jovens mulheres casadas ou que já foram casadas;



fortalecer os recursos e as redes de proteção

para as meninas em situação de risco e suas famílias, a fim de prevenir o casamento infantil e auxiliar meninas casadas ou que já foram casadas a reivindicar seus direitos;



fortalecer a legislação, as políticas e os serviços que levam em consideração as necessidades das meninas em situação de risco

Temos uma série de intervenções, ferramentas e metodologias testadas e comprovadas que podem ser aplicadas em diferentes combinações, dependendo da situação e da necessidade local ou nacional.

Uma dessas intervenções direcionadas é a Hora de Agir (Time to Act): um conjunto de ferramentas para capacitar jovens ativistas no combate ao casamento infantil.

Ele se baseia no princípio de que os jovens devem estar envolvidos nos esforços para acabar com o casamento infantil, e que sua educação e empoderamento são de vital importância.

O conjunto de ferramentas Hora de Agir engaja e empodera jovens, aumentando a conscientização sobre o casamento infantil em suas comunidades e protegendo as meninas que vivem nessa situação. Mudanças legais e políticas não foram suficientes para acabar com o casamento infantil; o ativismo dos jovens em nível comunitário precisa fazer parte da luta.

Clique aqui para baixar o kit de ferramentas Hora de Agir



Ações específicas descritas no acrônimo “it’s time” (está na hora)

Influência – defender mudanças nas leis e políticas.

Transformação – desafiar tradições e práticas prejudiciais que impedem a igualdade de gênero.

Serviços – melhorar o acesso a serviços de qualidade para meninas.

Tomar uma Atitude – empoderar meninas através de liderança e ativismo.

Intervenção – proteger as meninas da violência.

Meios Financeiros – proporcionar habilidades e oportunidades para o empoderamento econômico.

Educação – garantir o acesso das meninas à educação.

Analizando os Marcos Legais sobre o Casamento Infantil

Análises do Índice de Instituições Sociais e Gênero da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

A pesquisa principal para o relatório “O Estado das Meninas no Mundo 2025” baseia-se em depoimentos individuais de meninas, o que permite uma análise profunda das experiências cotidianas de meninas casadas, normalmente invisíveis ao público. Estas experiências, bem como as dos jovens ativistas que contribuíram para a pesquisa, precisam ser contextualizadas. Para isso, a OCDE realizou uma investigação abrangente sobre o ambiente político e legislativo nos 15 países pesquisados – a análise completa pode ser encontrada no relatório técnico mais extenso.³⁰ Ele oferece uma estrutura mais ampla, abrangendo cinco áreas principais, examinando as ligações e desconexões entre as experiências vividas, as normas informais e sociais que exercem uma influência importante no comportamento das pessoas e as estruturas legais cruciais que são fundamentais para a regulação das sociedades.

Os dados do Índice de Instituições Sociais e Gênero (SIGI) de 2023 revelam que a discriminação de gênero, enraizada nas instituições sociais dos países, permanece no centro da desigualdade que meninas e mulheres enfrentam ao longo de suas vidas. O casamento infantil é um exemplo disso e, embora a prática seja frequentemente aceita socialmente, pode trazer consequências desastrosas para os envolvidos.

Casamento infantil: exceções legais persistem

Os marcos legais são essenciais para prevenir o casamento infantil. Muitos países, particularmente na África, reformaram suas leis nacionais nos últimos cinco anos para estabelecer 18 anos como a idade mínima legal para o casamento. No entanto, exceções à idade mínima legal para o casamento e leis informais persistem, criando um ambiente onde o casamento infantil continua sendo tolerado e praticado.

Em dois terços dos países estudados, a idade mínima legal pode ser contornada com o consentimento de um dos pais, tutor legal ou juiz. Apenas na República Dominicana, Equador, Guatemala, Moçambique e Nepal a lei não prevê exceções. Contudo, mesmo na República Dominicana, onde, em teoria, não há discriminação legal formal ou informal, o casamento infantil persiste.

- De modo geral, a fragilidade da aplicação da lei e as leis informais discriminatórias podem dificultar significativamente o combate ao casamento infantil
- Em 12 dos 15 países, os marcos legais estabelecem que facilitar o casamento infantil é ilegal, mas nem todos esses países preveem sanções legais em caso de descumprimento da lei..

Em quase todos os países, leis informais permitem a prática do casamento infantil, enfraquecendo os marcos legais nacionais.

Responsabilidades domésticas: direitos iguais no papel, mas também na prática?

Após o casamento, as estruturas legais também afetam o cotidiano das meninas: seu bem-estar, segurança e oportunidades dependem, em parte, de leis que regem seu acesso à educação e à saúde, mas que também definem as responsabilidades domésticas, os direitos de guarda dos filhos, a proteção contra a violência doméstica, os direitos reprodutivos e o divórcio.

- Os dados mostram que, em dois terços dos países em foco, mulheres e homens têm direitos iguais em relação à tomada de decisões no âmbito doméstico e, em todos os países em foco, ambos têm o mesmo direito de serem os tutores legais de seus filhos.
- A discriminação legal, no que diz respeito às responsabilidades domésticas de mulheres e homens, é mais comum na Ásia e na África Subsaariana do que na América Latina e no Caribe.
- Em cinco dos 11 países em foco localizados na África e na Ásia, a legislação sobre responsabilidades domésticas não é igualitária em termos de gênero ou não se aplica a todos os segmentos da população.



Independentemente do que a lei estatutária estabeleça, na prática, as leis informais podem enfraquecer as leis igualitárias estabelecidas. Isso geralmente reflete normas e papéis de gênero discriminatórios que limitam a autonomia das mulheres dentro da família ou do lar. Os dados jurídicos do SIGI 2023 da OCDE mostram que as leis informais persistem em sete dos dez países onde a legislação é não discriminatória, prejudicando a capacidade das mulheres de serem chefes de família em todos os países, exceto quatro³⁴, e limitando a capacidade das mulheres casadas de decidir onde morar na Indonésia, Moçambique, Nigéria, Uganda e Zâmbia. Além disso, em cerca de um terço dos países estudados,³⁵ as leis informais criam diferenças nas capacidades e nos direitos de homens e mulheres de serem tutores legais de crianças.

Autonomia reprodutiva: leis restritivas podem ser uma ameaça à saúde das meninas e das mulheres

Dinâmicas de poder desiguais tendem a caracterizar os casamentos infantis. Evidências mostram que diferenças de idade significativas podem agravar a já limitada autonomia e capacidade de ação das meninas dentro do casal, enfraquecendo, em última instância, seu poder de decisão, inclusive sobre escolhas reprodutivas. Nesse sentido, as leis podem ser fundamentais para salvaguardar os direitos reprodutivos de meninas e mulheres, como o direito de acesso à informação, a métodos contraceptivos seguros e acessíveis, a serviços de saúde de qualidade e o direito à autonomia reprodutiva, incluindo o direito ao aborto seguro e legal.

- Em mais de dois terços dos países em foco, meninas e mulheres enfrentam restrições importantes em relação aos seus direitos reprodutivos.

- Em quatro países as mulheres têm acesso ao aborto seguro e legal sem quaisquer restrições, enquanto em um país, a República Dominicana, o aborto é proibido e criminalizado em todas as circunstâncias – mesmo quando necessário para salvar a vida da gestante. Nos demais países, o acesso da mulher ao aborto seguro depende de circunstâncias específicas. Os dados também mostram que, no geral, o acesso das mulheres ao aborto após um estupro permanece altamente restrito.

Os dados legais do SIGI 2023 revelam um panorama misto em relação ao acesso de meninas e mulheres à educação sexual abrangente (ESA) e aos serviços de planejamento familiar..

Em sete dos 15 países a ESA é parte obrigatória do currículo escolar nacional. No entanto, dados globais mostram que o acesso permanece limitado, particularmente na África e na Ásia: embora seja nessas regiões que se concentra a maior parte da juventude mundial.

- Entre os 15 países, todos, exceto a República Dominicana, possuem um plano de ação nacional que prevê o acesso universal aos serviços de planejamento familiar, e sete países³⁹ oferecem acesso gratuito ou subsidiado à contracepção.

Violência contra mulheres e meninas: são necessárias leis mais abrangentes

Pesquisas realizadas em diferentes contextos ao redor do mundo mostram que o casamento infantil está associado a um risco maior de violência doméstica.⁴⁰ Embora as leis por si mesmas não erradiquem o casamento infantil nem a violência contra as mulheres, estruturas legais abrangentes que protejam mulheres e meninas de todas as formas de violência constituem um passo vital para acabar com a impunidade e a aceitação social da violência. Os dados jurídicos do SIGI 2023 mostram que nenhum dos 15 países possui tais estruturas legais abrangentes e que a força da legislação atual varia entre os países:

- Apesar da ausência de marcos legais abrangentes que protejam mulheres e meninas, dois terços dos países possuem leis abrangentes sobre violência doméstica, definindo e criminalizando todas as formas desse tipo de abuso. Lacunas legais persistem principalmente em relação ao abuso econômico, que não é contemplado em cinco países africanos e da América Latina e Caribe.⁴¹
- Embora todos os países, com exceção do Níger e da Etiópia, criminalizem o abuso sexual doméstico, os marcos legais sobre estupro poderiam ser mais fortalecidos. Por exemplo, apenas em sete países⁴² a definição de estupro é baseada no consentimento. Além disso, nem todos os países criminalizam especificamente o estupro marital, deixando as meninas casadas insuficientemente protegidas.⁴³

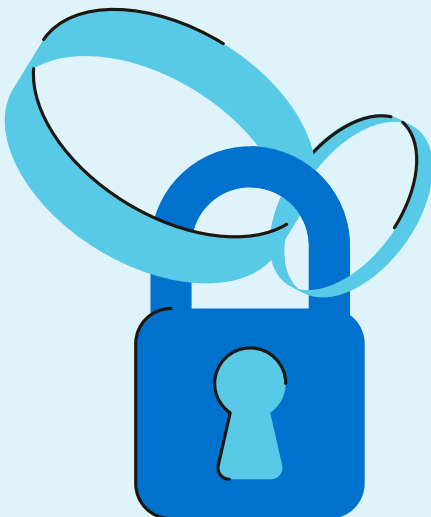
- O feminicídio só é reconhecido como crime em si em Moçambique, Colômbia, Equador e Guatemala.
- Dois terços dos países em foco possuem uma lei, política ou plano de ação nacional que prioriza a coordenação de serviços e mecanismos para sobreviventes de violência contra mulheres e meninas. Os países em foco que não possuem tais instrumentos estão localizados principalmente na África.⁴⁴

Numa perspectiva global, a África destaca-se como um continente onde um pequeno número de países possui leis e estratégias extremamente abrangentes, enquanto outros ainda precisam avançar.

Direito ao divórcio: não é uma opção para algumas mulheres?

In many countries, women and men do not have the same divorce rights.

- Entre os 15 países em foco, apenas três⁴⁵ garantem a todas as mulheres e homens direitos iguais que lhes permitam iniciar ou finalizar um divórcio ou anulação e manter a guarda dos filhos. As médias regionais e a análise por país revelam que os desafios persistem principalmente em países africanos e asiáticos.



As disposições legais que regulamentam em que circunstâncias, ou com que requisitos, um cônjuge pode requerer e finalizar um divórcio ou anulação criam direitos diferentes para mulheres e homens em Bangladesh, Guatemala, Indonésia, Nepal, Níger e Togo. Além disso, muitos países fazem exceções à lei geral que rege o divórcio, por exemplo, o código civil ou a lei do casamento, com base na religião, ou adotam um sistema pluralista desde o início, em que o divórcio é regulamentado pelas respectivas leis religiosas observadas por partes da população. Este é notavelmente o caso em vários países africanos e asiáticos⁴⁶ onde a lei do divórcio não se aplica a todos os grupos de mulheres.

- Leis informais prejudicam os direitos das mulheres ao divórcio em cerca de metade dos países em foco.⁴⁷ Elas podem criar diferenças na capacidade de mulheres e homens obterem a guarda dos filhos após o divórcio, o que ocorre em oito dos 15 países.⁴⁸

Em Resumo

Lacunas legais e leis informais discriminatórias não apenas impedem o fim e a prevenção do casamento infantil nos 15 países em foco, como também afetam os direitos e o bem-estar das meninas casadas durante o casamento. Normas discriminatórias persistentes, bem como leis informais e religiosas, também limitam o acesso de meninas e mulheres à justiça, e essas questões precisam ser discutidas.⁴⁹

Em relação aos países em foco deste relatório, os dados mostram que cada um enfrenta desafios únicos. Uma visão geral da realidade jurídica em cinco áreas-chave da vida das meninas casadas indica que nenhum dos 15 países é tão igualitário em termos de gênero quanto as leis formais em vigor poderiam sugerir.

Conclusão

O relatório deste ano sobre o Estado das Meninas no Mundo analisou de perto o casamento infantil, concentrando-se nos detalhes do cotidiano das meninas e nas razões pelas quais essa prática persiste. Como resultado, há a esperança de que, com base nas meninas com quem conversamos, uma melhor compreensão de suas circunstâncias leve a uma melhoria real e duradoura em suas vidas e oportunidades futuras. As atitudes e as normas de gênero prejudiciais que as meninas mencionam, que regem a aceitação do casamento infantil pela comunidade e a forma como ele é praticado, devem ser consideradas inaceitáveis e não toleradas como normais

De modo geral, a pesquisa revelou semelhanças impressionantes entre países e regiões. E as experiências das meninas que conversaram conosco foram amplamente corroboradas pelas observações das ativistas contra o casamento infantil. Estas últimas também apresentaram sugestões claras e prioridades práticas para as mudanças que, se implementadas, transformariam fundamentalmente a vida das meninas casadas.

64% dos ativistas contra o casamento infantil identificaram o acesso a serviços de saúde como a principal prioridade global.

44% dos ativistas destacaram a importância da educação continuada para meninas casadas

39% identificaram o desenvolvimento de competências com foco em habilidades relevantes para o mercado e a certificação como fatores essenciais para o empoderamento econômico das meninas, juntamente com políticas de apoio ao emprego.

30% identified access to legal protection to maintain girls' rights in the marriage and when leaving it.



Menina nigeriana de 14 anos que conseguiu evitar o casamento infantil aos 12 e voltou a estudar com o apoio de um serviço de assistência à criança em sua escola © Plan International



Jovem mãe de 21 anos, de Bangladesh, que está aprendendo sobre saúde sexual e reprodutiva e planejamento familiar em um grupo de mulheres © Plan International

Todos discutiram a importância de aumentar a conscientização sobre as normas sociais e de gênero que dominam a vida das meninas e perpetuam a desigualdade de gênero. Meninas casadas raramente são reconhecidas como uma população vulnerável, que necessita de intervenções específicas. Sua invisibilidade e falta de autonomia na esfera pública se estendem à vida doméstica, agravadas pela diferença de idade entre os parceiros. As meninas geralmente ficam à mercê de seus maridos, muitas vezes muito mais velhos, ou de seus sogros, com poder de decisão limitado em assuntos domésticos, finanças e planejamento familiar. Meninas com alguma independência fora de casa relatam ter maior probabilidade de serem mais empoderadas dentro de casa. Ir à escola ou ao trabalho também reduz a solidão que tantas descrevem, combatendo o estresse e trazendo esperança para o futuro.

❗ **76% dos ativistas contra o casamento infantil identificaram a falta de serviços e programas locais como a barreira mais urgente que enfraquece ou reduz o apoio às meninas casadas.**

❗ **52% citaram crenças tradicionais profundamente enraizadas e normas de gênero.**

O Estado das Meninas no Mundo 2025

Com 28% das meninas no estudo se identificando como divorciadas ou separadas – um testemunho de sua coragem – o relatório deste ano sobre o Estado das Meninas no Mundo também conseguiu fornecer uma visão rara sobre uma população amplamente negligenciada. As meninas nos contaram sobre os procedimentos legais incertos pelos quais passaram para obter o divórcio e que a chave para sua capacidade de sair de um relacionamento abusivo é o apoio pessoal, principalmente de mães e parentes mulheres, que as financiam enquanto desenvolvem habilidades ou retornam aos estudos. Aprendemos também que os costumes e as tradições religiosas impõem enormes barreiras ao direito das meninas ao divórcio. Elas precisam de apoio para acessar a justiça e utilizar as leis vigentes, que, embora não sejam aplicadas, permitem que a lei informal controle suas vidas e limite seus direitos.

As meninas em uniões estáveis, cujos direitos são ainda mais restritos do que os das formalmente casadas, também devem ter acesso a recursos legais e informações, para que estejam protegidas em caso de violência ou ao se separarem – incluindo os direitos de guarda dos filhos. Aprendemos também como a marginalização – seja por deficiência, localização ou casta – agrava ainda mais a limitada autonomia das meninas casadas, particularmente seu direito de acesso a serviços públicos como educação e saúde. No Nepal, Mandira, de 20 anos, pertencente à casta Dalit, conta que não conseguiu obter um documento de identidade de cidadania, o que a impediu de ter acesso a grande parte do apoio pós-natal disponível:

“**Eu não tinha cidadania e o nascimento da criança não foi registrado – poderíamos ter recebido arroz, ovos e muitos outros benefícios... Mas é preciso a cidadania de ambos os pais e a certidão de nascimento da criança. Nós não tínhamos isso, então não recebemos nada.**”
Mandira, 20, Nepal

Os ativistas enfatizaram constantemente a importância de conscientizar sobre os problemas enfrentados pelas meninas:

- ➔ mudar as atitudes em relação aos papéis de gênero no lar,
- ➔ e à sexualidade feminina,
- ➔ proteger as meninas do comportamento predatório de homens mais velhos,
- ➔ dissuadir pais/parentes/vizinhos de facilitar casamentos infantis,
- ➔ enfatizar a importância da educação e do treinamento profissional para meninas, especialmente para gestantes e mães jovens,
- ➔ capacitá-las como tomadoras de decisão e ouvir suas vozes. Tudo isso emerge da pesquisa como crucialmente importante.

O apoio financeiro e emocional permite que as meninas saiam dos casamentos e tenham um lar para onde voltar, e o apoio psicossocial ajuda a limitar os danos causados por abusos e violência.

“Eu me casei muito jovem. Não me permitiram estudar nem progredir na vida – fui privada de tudo. Mas não vou deixar que isso aconteça com a minha filha. Quero que ela tenha um futuro brilhante, e isso só acontece se ela estudar e conseguir um emprego. O casamento precoce só leva a um futuro sombrio” Juna, 24, Nepal

A combinação de fiscalização rigorosa, orçamento direcionado e envolvimento da comunidade contribuiria significativamente para a prevenção do casamento infantil e para a proteção e promoção dos direitos das meninas casadas. Embora existam marcos legais estabelecidos em diversos países, eles frequentemente se mostram ineficazes, distantes das experiências cotidianas das meninas e de suas comunidades. Para apoiar as meninas, salvaguardar seus direitos e atender às suas necessidades, é fundamental que essas experiências sejam plenamente reconhecidas para gerar mudanças duradouras.



Jovem cambojana, casada aos 17 anos, com sua filha de seis anos © Plan International/ Thomas Cristofolletti

Recomendações

As recomendações a seguir delineiam caminhos essenciais para combater as normas sociais que promovem o casamento infantil, regem a vida das meninas, impedem a igualdade de gênero e bloqueiam as oportunidades de saúde e felicidade das meninas. As recomendações são baseadas em percepções e sugestões das meninas e dos ativistas que participaram da pesquisa.

1

2

As recomendações se concentram em cinco temas principais:

Ampliar e investir em programas que abordem as crenças, práticas e expectativas sociais prejudiciais que impulsionam o casamento infantil.

Garantir que as meninas casadas ou em risco de casamento infantil conheçam seus direitos, tenham acesso aos serviços de que precisam e construam o futuro que desejam.



3

Direcionar o apoio às meninas casadas mais marginalizadas e de mais difícil acesso, incluindo meninas que vivem em áreas de crise, conflito e extrema pobreza.

4

Implementar e financiar leis e políticas robustas para prevenir o casamento infantil e garantir apoio e acesso à justiça para meninas casadas.

5

Apoiar e financiar o trabalho de jovens líderes e seus movimentos em suas iniciativas para acabar com o casamento infantil.



Governos, ONGs, lideranças comunitárias, doadores, a mídia e profissionais de educação devem garantir uma abordagem multissetorial e coordenada para a prevenção e o combate ao casamento infantil e trabalhar em conjunto para:

Mudar normas sociais e de gênero prejudiciais:

- Aumentar a conscientização sobre o casamento infantil, utilizando exemplos de intervenções bem-sucedidas em normas sociais e promovendo campanhas nacionais e locais para incentivar o diálogo sobre o tema. É necessário encorajar famílias e lideranças religiosas e comunitárias a questionar normas sociais prejudiciais, rejeitar o casamento infantil e auxiliar meninas no acesso a serviços, apoio e educação.
- Utilizar a mídia para amplificar as experiências e os apelos por mudanças das meninas casadas e transformar a percepção pública sobre sua autonomia e potencial.
- Criar conteúdo multimídia em colaboração com ONGs e jovens para promover a mudança de normas através de “edutainment” (entretenimento educativo), incluindo vídeos, programas de rádio, música e teatro.
- Promover a igualdade de gênero em casa; as tarefas domésticas não devem ser exclusivas das meninas. Incentivar os membros da família a diminuírem as tarefas domésticas das meninas para que elas tenham tempo e energia para aproveitar oportunidades de educação e treinamento.
- Expandir os programas de alfabetização digital e midiática para capacitar as adolescentes com as habilidades necessárias para navegar com segurança em espaços online, analisar criticamente narrativas sociais e de gênero prejudiciais, incluindo aquelas que normalizam o casamento infantil, e desenvolver sua capacidade de defender seus direitos e desafiar as pressões para casar.

Fornecer serviços acessíveis

- Fornecer serviços de saúde sexual e reprodutiva acessíveis e educação sexual abrangente tanto para meninas em risco de casamento infantil quanto para meninas casadas.
- Garantir o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva sem estigma e julgamento, incluindo contracepção, aborto seguro e legal e cuidados pré e pós-natais.
- Remover as barreiras à educação de meninas casadas, oferecendo oportunidades de aprendizagem flexíveis e incentivo positivo, trabalhando com as famílias para enfatizar a importância da educação feminina. Oferecer bolsas de estudo ou auxílios financeiros para meninas casadas em situação de vulnerabilidade.
- Criar e financiar capacitação profissional e treinamento de habilidades para meninas, visando seu empoderamento financeiro e a prevenção do casamento infantil como solução para a pobreza familiar.
- Trabalhar com empregadores para apoiar o treinamento de habilidades e conectar meninas a setores emergentes, como as economias digital e verde, abrindo caminho para o trabalho decente.

Concentrar-se nas pessoas mais marginalizadas

- Conscientizar-se dos riscos enfrentados por meninas em contextos humanitários e tomar medidas para garantir que os programas existentes de prevenção ao casamento infantil sejam mantidos em tempos de crise e integrados a todos os aspectos dos planos de preparação para emergências.
- Desenvolver programas que abordem ativamente as necessidades específicas de meninas casadas que enfrentam formas interseccionais de exclusão, incluindo aquelas com deficiência, pertencentes a minorias étnicas ou religiosas, ou com status de refugiadas ou migrantes.
- Construir a capacidade emocional, psicológica e prática, oferecendo apoio psicossocial e mentoria, capacitando meninas em ações lideradas por jovens e promovendo campanhas para desconstruir as normas sociais que representam uma barreira à igualdade de gênero e impulsionam o casamento infantil.
- Reconhecer os impactos psicossociais do casamento infantil – solidão, ansiedade, medo da violência – oferecendo espaços seguros com apoio gratuito e confidencial em saúde mental, acessível em nível comunitário.

Elaborar e cumprir leis

- Garantir uma abordagem multissetorial e coordenada para a prevenção e o combate ao casamento infantil, incluindo o estabelecimento da idade mínima legal para o casamento em 18 anos, sem exceções, em conformidade com as normas internacionais de direitos humanos.
- Reformar e aplicar leis abrangentes contra a violência de gênero, incluindo a violência doméstica e o estupro marital, e garantir a disponibilidade de espaços seguros e apoio jurídico para sobreviventes de violência.

Apoiar meninas líderes e seus movimentos

- Realizar ações específicas para garantir que meninas e mulheres jovens, bem como seus movimentos, participem de forma significativa e segura nos espaços de tomada de decisão, para que seus direitos e necessidades sejam reconhecidos e suas vozes sejam ouvidas.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaríamos de expressar nossa gratidão às meninas, jovens mulheres e ativistas cujas percepções e experiências sobre casamento e uniões infantis forneceram a base para este relatório. Agradecemos imensamente pelo tempo que dedicaram ao nosso estudo e pelo seu envolvimento.

Esta pesquisa foi realizada pela Plan International, e agradecemos especialmente a:

Equipe do relatório: Sharon Goulds, Editora-chefe e autora do relatório; Autores originais do relatório: Dra. Keya Khandaker, Siraaj Khurram, Isobel Fergus e Nicole Jagonase (autores principais) e Dr. Kit Catterson (autor colaborador)

Quadro Editorial da Plan International: Dra. Keya Khandaker (Gerente Interina de Pesquisa e Líder do Projeto); Siraaj Khurram (Gerente de Pesquisa e Líder de Análise Quantitativa); Isobel Fergus (Gerente Sênior de Pesquisa); Dra. Jacqueline Gallinetti (Diretora de Evidências de Impacto e Desempenho); Zoe Birchall (Líder de Campanhas Globais); Danny Plunkett (Chefe de Conteúdo e Criação); Anna MacSwan (Chefe de Mídia Global e Relações Públicas); Johanne Westcott-Simpson (Líder de Políticas e Advocacia para SRHR); Tinotenda Hondo (Especialista Global em Igualdade de Gênero e Ponto Focal do Hub Global para a CEFMU); Robin Knowles (Gerente Global de Mídia); Antoinette Ngoma (Diretora de País – Plan International Zâmbia); Lazarus Mwale (Diretor de Programas – Plan International Uganda).

Agradecemos imensamente às seguintes pessoas por seus valiosos comentários e contribuições para o relatório: Carla Jones, Diretora de Comunicações da Sede Global da Plan International; Kathleen Sherwin, Diretora de Estratégia e Engajamento da Sede Global da Plan International; Damien Queally, Diretor de Programas da Sede Global da Plan International; Alexandra (Jing) Pura, Líder Regional de Programas e Políticas de Transformação de

Gênero da Plan International Filipinas.

Contribuições adicionais: Marcos legais sobre casamento infantil: Insights do Índice de Instituições Sociais e Gênero da OCDE, conteúdo analítico conduzido e redigido por Carolin Beck e David Halabisky, Centro de Desenvolvimento da OCDE © OCDE, todos os direitos reservados.

Agradecemos imensamente à Meninas, não Noivas: A Parceria Global para Erradicar o Casamento Infantil por seu valioso feedback sobre as recomendações do relatório. E a Sumaiya por escrever o prefácio e compartilhar suas percepções sobre o casamento infantil.

Codificadores de dados qualitativos: Sarah Jambert Gray, Chipiwa Maziva, Mahima Mehra, e Phoebe Olugo.

Equipes dos Escritórios de País: Agradecemos às equipes dos escritórios da Plan International – Bangladesh, Camboja, Indonésia, Nepal, Etiópia, Moçambique, Uganda, Zâmbia, Colômbia, República Dominicana, Guatemala, Equador, Nigéria, Níger e Togo – que ajudaram a facilitar a pesquisa qualitativa e forneceram feedback sobre este relatório.


Design: Jessica Nugent

Endnotes

1. A Plan International condena veementemente a prática do casamento infantil, precoce e forçado e exige a proibição dessa prática pelas leis nacionais e costumeiras, bem como a aplicação plena e efetiva dessas leis. Em consonância com o Comentário Geral nº 4 do Comitê dos Direitos da Criança, a Plan International acredita que a idade mínima para o casamento deve ser de 18 anos e que isso deve se aplicar igualmente a homens e mulheres, independentemente de quaisquer disposições relativas ao consentimento parental ou judicial.
2. CEDAW, um tratado internacional adotado pela ONU em 1979, frequentemente descrito como uma declaração de direitos das mulheres.
3. Governo da Guatemala, 2009. Lei contra a Violência Sexual, a Exploração e o Tráfico de Pessoas (Decreto Nº 9-2009). Cidade da Guatemala: Congresso da República da Guatemala. Disponível em: http://ww2.oj.gob.gt/es/QueEsOJ/EstructuraOJ/UnidadesAdministrativas/CentroAnalisisDocumentacionJudicial/cds/CDs%20compilaciones/Compilacion%20Leyes%20Penales/expedientes/14_LeyContraViolenciaSexualTrataPersonas.pdf [Acesso em 21 de julho de 2025].; Governo da Colômbia, 2025. Lei sobre a Proibição do Casamento Infantil (Lei Nº 2447/2025). Bogotá: Governo da Colômbia. Disponível em: https://equalitynow.org/news_and_insights/colombia-outlaws-child-marriage/ [Acesso em 21 de julho de 2025].
4. Todas as taxas de prevalência de casamento infantil no mapa são provenientes do portal de dados sobre casamento infantil do UNICEF, exceto para a Indonésia. A informação para a Indonésia é baseada na Pesquisa Socioeconômica da Indonésia de 2024 (SUSENAS) do BPS-Statistics Indonesia, por fornecer os dados mais recentes e representativos em nível nacional disponíveis. A definição do indicador permanece consistente com o portal do UNICEF.
5. A identificação como marginalizada decorre da resposta das meninas a uma pergunta sobre se elas se identificam como pertencentes a uma minoria étnica ou religiosa, a uma casta específica ou se vivem com alguma deficiência.
6. Meninas, não Noivas (n.d.): Casamento Infantil e Gênero. [online] Disponível em: <https://www.girlsnotbrides.org/learning-resources/child-marriage-gender/> [Acesso em 1º de dezembro de 2024].
7. Izugbara, C., Suubi, K., Afifu, C., Salami, T. e Opondo, E., 2024. A persistência de altas taxas de casamento infantil na África Subsaariana, no Oriente Médio e Norte da África e na Ásia: uma revisão exploratória. Health Care for Women International, pp.1–24. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07399332.2024.2385328> [Acesso em 7 de agosto de 2025].
8. UNICEF (n.d.) Casamento Infantil. Dados da UNICEF. Disponível em: <https://data.unicef.org/topic/child-protection/child-marriage/> [Acesso em: 1º de julho de 2025]
9. OECD (2024) Financiamento para o desenvolvimento da igualdade de gênero 2024. OECD Publishing. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/development-finance-for-gender-equality-2024_e340afb-en.html [Acesso em: 11 de junho de 2025].
10. Para a metodologia completa, consulte o Relatório Técnico sobre o Estado das Meninas no Mundo. Disponível em: <https://plan-international.org/publications/girls-experiences-child-marriage/>
11. Meninas, não Noivas (n.d.): Casamento Infantil e Gênero. [online] Disponível em: <https://www.girlsnotbrides.org/learning-resources/child-marriage-gender/> [Acesso em 1º de dezembro de 2024].
12. UNFPA, 2025. Casamento Infantil – Perguntas Frequentes. [online] Disponível em: <https://www.unfpa.org/child-marriage-frequently-asked-questions> [Acesso em 27 de janeiro de 2025].
13. UNICEF, 2019. 115 milhões de meninos e homens em todo o mundo casaram-se ainda crianças. [online] UNICEF. Disponível em: <https://www.unicef.org/press-releases/115-million-boys-and-men-around-world-married-children-unicef> [Acesso em 7 de agosto de 2025].
14. Portal de dados sobre casamento infantil (n.d.) Tendências globais e progresso dos ODS. [online] Disponível em: <https://childmarriedata.org/global-trends/> [Acesso em 17 de janeiro de 2025].

15. Nações Unidas, 2020. Uma nova era de conflito e violência. [online] Nações Unidas. Disponível em: <https://www.un.org/en/un75/new-era-conflict-and-violence> [Acesso em 7 de agosto de 2025].
16. Missão dos Estados Unidos junto às Nações Unidas, 2025. Explicação da posição sobre a Declaração Política da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW). [online] USUN. Disponível em: <https://usun.usmission.gov/explanation-of-position-on-the-commission-on-the-status-of-women-csw-political-declaration-location-of-remarks/> [Acesso em 7 de agosto de 2025].
17. Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), 2025. Casamento infantil – Perguntas frequentes. [online] Disponível em: <https://www.unfpa.org/child-marriage-frequently-asked-questions> [Acesso em 7 de agosto de 2025].
18. Ibidem.
19. Organização Mundial da Saúde, 2024. Violência contra as mulheres. [online] 25 de março. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women> [Acesso em 27 de janeiro de 2025].
20. Seta, R., 2023. Casamento infantil e o seu impacto na saúde: um estudo de percepções e atitudes no Nepal. *Jornal de Relatórios de Saúde Global*, 7, e2023073. [online] Disponível em: <https://www.joghri.org/article/88951-child-marriage-and-its-impact-on-health-a-study-of-perceptions-and-attitudes-in-nepal> [Acesso em 27 de janeiro de 2025].
21. Nhampoca, J.M. e Maritz, J.E., 2024. Casamento precoce, educação e saúde mental: experiências de meninas adolescentes em Moçambique. *Frontiers in Global Women's Health*, 5, Artigo 1278934. [online] Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fgwh.2024.1278934/full> [Acesso em 27 de janeiro de 2025].
22. UNICEF, 2022. O poder da educação para acabar com o casamento infantil. [online] Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/the-power-of-education-to-end-child-marriage/> [Acesso em 27 de janeiro de 2025].
23. UNICEF, 2020. Casamento infantil e a lei: Nota técnica. [online] Disponível em: <https://www.unicef.org/media/86311/file/child-marriage-the-law-2020.pdf> [Acesso em 27 de janeiro de 2025].
24. Equality Now, 2024. 5 coisas que você precisa saber sobre casamento infantil [online] Disponível em: https://equalitynow.org/news_and_insights/5-things-you-need-to-know-about-child-marriage/ [Acesso em 27 de janeiro de 2025].
25. Ibidem.
26. Consulte a Seção 3.2, “Estruturas legais sobre casamento infantil: percepções do Índice de Instituições Sociais e Gênero da OCDE” na versão técnica deste relatório. Disponível em: <https://plan-international.org/publications/girls-experiences-child-marriage/>
27. Nossos resultados de pesquisa originais foram complementados com estudos de caso extraídos do estudo Escolhas Reais, Vidas Reais da Plan International. O Escolhas Reais, Vidas Reais é um estudo qualitativo e longitudinal que acompanhou um grupo de mais de 100 meninas em nove países ao redor do mundo, desde o nascimento em 2006 até completarem 18 anos em 2024.
28. Dalit, termo usado para se referir a qualquer membro de uma ampla gama de grupos sociais que foram historicamente marginalizados na sociedade de castas hindu.
29. O kit de ferramentas pode ser encontrado em: <https://plan-international.org/asia-pacific/publications/time-to-act-toolkit-for-practitioners/>
30. Consulte a Seção 3.2, “Estruturas legais sobre casamento infantil: percepções do Índice de Instituições Sociais e Gênero da OCDE” na versão técnica deste relatório. Disponível em: <https://plan-international.org/publications/girls-experiences-child-marriage/>

31. O termo “leis informais” refere-se a leis/regras costumeiras, tradicionais ou religiosas não codificadas ou não escritas, que descrevem mecanismos que operam fora do sistema jurídico formal das leis estatais.
32. Em 2023, 31% das meninas de 20 a 24 anos casaram-se antes dos 18 anos na República Dominicana (Centro de Desenvolvimento da OCDE/OCDE, 2023[3]).
33. Não existe nenhuma disposição legal específica na Colômbia, Equador e Togo que criminalize a facilitação do casamento infantil. Camboja, República Dominicana, Nepal e Níger proíbem a facilitação do casamento infantil, mas a lei não prevê sanções em caso de descumprimento.
34. República Dominicana, Etiópia, Guatemala e Nepal.
35. Bangladesh, Indonésia, Níger, Nigéria, Uganda e Zâmbia.
36. Camboja, Colômbia, Moçambique e Nepal.
37. O aborto em caso de estupro ou estupro de vulnerável não é permitido em Bangladesh, República Dominicana, Guatemala, Níger, Nigéria, Uganda e Zâmbia.
38. Camboja, Colômbia, República Dominicana, Equador, Guatemala, Togo e Zâmbia.
39. Colômbia, Equador, Guatemala, Nepal, Níger, Uganda e Zâmbia.
40. Kidman, R. (2016). Casamento infantil e violência por parceiro íntimo: um estudo comparativo de 34 países. *International Journal of Epidemiology*, 46(2), pp.662–675. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ije/dyw225> [Acesso em 7 de agosto de 2025]; Hayes, B.E. e Protas, M.E. (2021). Casamento infantil e violência doméstica. [online] Prevention Collaborative. Disponível em: https://prevention-collaborative.org/knowledge_hub/child-marriage-and-ipv/ [Acesso em 7 de agosto de 2025]; Han, J., et al.(2025). Prevalência de violência doméstica entre vítimas de casamento infantil e comparação com casamentos de adultos: uma revisão sistemática e meta-análise. [online] Prevention Collaborative. Disponível em: <https://prevention-collaborative.org/wp-content/uploads/2025/03/Han-et-al.-2025-Prevalence-of-intimate-partner-violence-among-chil.pdf> [Acesso em 7 de agosto de 2025].
41. A legislação sobre violência doméstica na República Dominicana, Equador, Etiópia e Togo não abrange o abuso doméstico. No Níger, a violência doméstica não é proibida.
42. Camboja, República Dominicana, Equador, Etiópia, Guatemala, Indonésia e Togo.
43. As leis em Bangladesh, Camboja, Etiópia, Nigéria, Uganda e Zâmbia não criminalizam especificamente o estupro marital.
44. República Dominicana, Etiópia, Níger, Togo e Zâmbia.
45. Colômbia, República Dominicana e Moçambique.
46. Bangladesh, Etiópia, Indonésia, Níger, Nigéria, Uganda e Zâmbia.
47. Bangladesh, Camboja, Indonésia, Nepal, Nigéria, Uganda e Zâmbia.
48. Bangladesh, Camboja, Equador, Indonésia, Níger, Nigéria, Uganda e Zâmbia.
49. Os dados jurídicos do SIGI mostram que leis informais limitam o acesso das mulheres à justiça em Bangladesh, Camboja, Nepal e Nigéria.



**Até alcançar
a igualdade**





Até alcançar a igualdade

Sobre a Plan International

A Plan International é uma organização independente de desenvolvimento e ajuda humanitária que promove os direitos das crianças e a igualdade para as meninas. Acreditamos no poder e no potencial de cada criança, mas sabemos que este potencial é frequentemente reprimido pela pobreza, violência, exclusão e discriminação. E as meninas são as mais afetadas.

Trabalhando em conjunto com crianças, jovens, apoiadores e parceiros, lutamos por um mundo justo, combatendo as causas mais profundas dos desafios enfrentados por meninas e crianças vulneráveis. Defendemos os direitos das crianças desde o nascimento até a idade adulta e capacitamos as crianças para se prepararem e a responderem a crises e adversidades. Impulsionamos mudanças nas práticas e políticas em níveis local, nacional e global, utilizando nosso alcance, experiência e conhecimento. Há mais de 85 anos, mobilizamos outros otimistas determinados para transformar a vida de todas as crianças em mais de 80 países.

Não vamos parar até alcançar a igualdade.

Plan International
Sede Global
Dukes Court, Duke Street, Woking, Surrey
GU21 5BH, Reino Unido

Tel: +44 (0) 1483 755155
Fax: +44 (0) 1483 756505
E-mail: info@plan-international.org



plan-international.org



facebook.com/planinternational



twitter.com/planglobal



instagram.com/planinternational



linkedin.com/company/plan-international



youtube.com/user/planinternationaltv